



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS ARAPIRACA CURSO DE
LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS**

SILENE DE SÁ ALMEIDA

**MATERIALIZAÇÃO DISCURSIVA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM NOTÍCIAS
JORNALÍSTICAS: COMO A MÍDIA NARRA FEMINICÍDIOS**

Arapiraca, AL
2023

SILENE DE SÁ ALMEIDA

MATERIALIZAÇÃO DISCURSIVA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM NOTÍCIAS
JORNALÍSTICAS: COMO A MÍDIA NARRA FEMINICÍDIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Letras-Português do
Instituto Federal de Alagoas, *Campus Arapiraca*,
como requisito parcial para obtenção de grau de
Licenciado em Letras-Português.

Orientador: Prof. Dr. Danillo da Conceição Pereira
Silva

Arapiraca, AL
2023



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Arapiraca

A447m

Almeida, Silene de Sá.

Materialização discursiva da violência de gênero em notícias jornalísticas: como a mídia narra feminicídios / Silene de Sá Almeida. – 2023.

1 PDF: il., color., (1 arquivo: 888 kB).

Arquivo digital no formato PDF do trabalho acadêmico com 68 folhas.

Orientação: Prof. Dr. Danillo da Conceição Pereira Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação, Licenciatura em Letras-Português) – Instituto Federal de Alagoas, *Campus Arapiraca*, Arapiraca, 2023.

1. Linguística aplicada. 2. Narrativas jornalísticas. 3. Materialização discursiva. 4. Violência de gênero. 5. Feminicídio. I. Título.

CDD: 418


SILENE DE SÁ ALMEIDA

MATERIALIZAÇÃO DISCURSIVA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM NOTÍCIAS
JORNALÍSTICAS: COMO A MÍDIA NARRA FEMINICÍDIOS


Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Letras-Português, do Instituto Federal de Alagoas, *Campus* Arapiraca, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras-Português.

Aprovado em: 30/11/2023


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 DANILLO DA CONCEIÇÃO PEREIRA SILVA
Data: 13/12/2023 19:03:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Danillo da Conceição Pereira Silva
Instituto Federal de Alagoas - IFAL
Presidente

Documento assinado digitalmente
 ISABELA MARILIA SANTANA SANTOS
Data: 14/12/2023 10:54:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Ma. Isabela Marília Santana
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Examinadora Externa

Documento assinado digitalmente
 MARYANA JOSINA TAVARES DA ROCHA
Data: 14/12/2023 15:45:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Ma. Maryana Josina Tavares da Rocha
Instituto Federal de Alagoas - IFAL
Examinadora Externa

AGRADECIMENTOS

Na jornada que culmina neste trabalho, é essencial reconhecer que minhas conquistas não foram alcançadas isoladamente. Por trás disso, existem muitas pessoas que, com seu apoio e amparo, contribuíram de maneira significativa para o meu crescimento em todos os aspectos. Sem a presença constante e o suporte generoso dessas pessoas, esta conquista não seria possível. Por isso, agradeço especialmente:

A Deus, por ser a fonte inesgotável de força e sabedoria que iluminou cada passo da minha jornada acadêmica. A certeza de sua presença constante guiou meu caminho, fortalecendo minha espiritualidade e proporcionando a confiança necessária para superar desafios, encontrando sempre consolo na fé.

Aos meus pais, Dijalma Marques e Verônica de Sá, por serem a base sólida e o exemplo vivo de amor incondicional. Sua dedicação incansável moldou não apenas a minha educação, mas também a minha fé e resiliência. São vocês, com sua inspiradora motivação, que me impulsionam a não desistir, tornando esta jornada acadêmica um reflexo do compromisso e valores que sempre cultivaram.

A minha amada avó Lurdes da Silva, mesmo não estando fisicamente presente, seu espírito e legado são inegavelmente uma das razões mais importantes para minha jornada acadêmica. Sua força inabalável, continua a inspirar-me diariamente. Em momentos como este, sinto ainda mais a falta de sua presença calorosa e sábia. Seu impacto é eterno, e sua memória é um dos motivos mais significativos para eu nunca desistir.

As minhas irmãs, Adriana Ferreira e Simone de Sá, e aos meus irmãos, Carlos de Sá, Gabriel de Sá, Jailson de Sá, José de Sá, Luciano de Sá, Marcelo de Sá, pelo constante encorajamento, tornando os desafios mais amenos e as conquistas mais significativas.

As minhas sobrinhas, Ana Clara, Aylla Yasmin, Izabelle Maria, Maria Crislane, Maria Vitória, e aos meus sobrinhos, Arthur Miguel, Enzo Gabriel, Guilherme Santos e Nicollas Emanuel (*in memoriam*), por trazerem alegria constante aos meus caminhos, proporcionando o amor mais leve que já experimentei.

As minhas amigas, Eduarda Rodrigues e Ester Lira, e aos meus amigos Carlos Eduardo, Ernande Edson, Matheus Ferreira e Vitor Gabriel, que foram verdadeiros aliados, tornando o percurso acadêmico menos árduo e mais superável.

As minhas amigas pessoais, Rafaella Marcelino e Rosely Maria, pelo afeto e cumplicidade. Ter ao meu lado mulheres tão fortes e batalhadoras acrescenta um valor inestimável à minha trajetória.

Ao meu namorado, Lucas Emanuel, por seu constante apoio emocional durante toda a jornada deste trabalho. Obrigada por acreditar em mim quando eu mesma duvidava.

Ao meu orientador, Danillo Silva, por seu incansável apoio e orientação. Sua expertise, paciência e comprometimento foram fundamentais para o meu crescimento. Além disso, quero destacar que ele não apenas me guiou neste trabalho, como me apresentou uma nova perspectiva sobre a importância da linguagem e da pesquisa. Sua dedicação enriqueceu significativamente a minha vida.

Por fim, agradeço aos professores que estiveram envolvidos com o meu crescimento acadêmico ao longo de toda a vida, principalmente à equipe do curso de Letras/Português do Instituto Federal de Alagoas, *campus* Arapiraca. Cada um deixou uma marca significativa, sou muito grata por ter tido a oportunidade de aprender tanto com vocês.

À memória resiliente de todas as mulheres cujas vozes foram silenciadas pelo feminicídio.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linhas de concordância para o colocado “protetiva”.....	43
Figura 2 - Linhas de concordância para o colocado “porque a mulher”.....	44
Figura 3 - Linhas de concordância do colocado “mulher foi”.....	47
Figura 4 - Linhas de concordância do colocado “mulher foi”.....	48
Figura 5 - Linhas de concordância do colocado “mulher foi”.....	48
Figura 6 - Linhas de concordância do colocado “mulher foi”.....	49
Figura 7 - Linhas de concordância do colocado “mulher foi”.....	49
Figura 8 - Linhas de concordância do colocado “mulher foi encontrada”.....	51
Figura 9: Linhas de concordância do colocado “corpo é encontrado”.....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantidade de dados gerados por ano dentro do recorte temporal 2018-2023.....	38
Quadro 2 - Palavras mais frequentes do <i>corpus</i>	41
Quadro 3 - Colocados (collocate).....	46
Quadro 4 - Recortes das notícias.....	52

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	A CONSTRUÇÃO DO “FEMINICÍDIO” NO DISCURSO JURÍDICO E MIDIÁTICO.....	19
2.1	COMO FABRICAR UMA PALAVRA: UMA HISTÓRIA SOCIAL DO “FEMINICÍDIO” E SEUS SIGNIFICADOS DE GÊNERO.....	20
2.2	A EMERGÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA NA SOCIEDADE BRASILEIRA E A INCORPORAÇÃO DO TERMO “FEMINICÍDIO” NO DISCURSO JURÍDICO.....	25
2.3	A RELEVÂNCIA DO TERMO “FEMINICÍDIO” NA COBERTURA MIDIÁTICA	29
3	MATERIALIZAÇÃO DISCURSIVA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA PERSPECTIVA LINGUÍSTICA.....	31
3.1	A MATERIALIZAÇÃO DISCURSIVA COMO PROCESSO ESCALAR: A VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	32
3.2	O CONTINUUM DAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO.....	34
4	A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	36
4.1	CONHECENDO A LINGUÍSTICA DE CORPUS.....	36
4.2	FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS NA LINGUÍSTICA DE CORPUS: O SOFTWARE ANTCONC.....	38
4.2.1	LINGUÍSTICA DE CORPUS OU LINGUÍSTICA COM CORPUS?.....	37
4.3	EXPLORAÇÃO METODOLÓGICA NA CONSTRUÇÃO DOS CORPORA LINGUÍSTICOS.....	38
5	O QUE NOTÍCIAS SOBRE FEMINICÍDIO NOS DIZEM?: UMA JORNADA ANALÍTICA DO <i>CORPUS</i>.....	41
5.1	EXPLORANDO A LISTA DE FREQUÊNCIA DAS PALAVRAS DO CORPUS....	44
5.2	O APAGAMENTO DA RESPONSABILIDADE MASCULINA NOS CRIMES....	48
5.3	A ANÁLISE DE COLOCADOS E LINHAS DE CONCORDÂNCIA NAS NARRATIVAS DE FEMINICÍDIO.....	49
5.4	LINHAS DE CONCORDÂNCIA, A AUTORIA DOS FEMINICÍDIOS E A PROBLEMÁTICA DA VOZ PASSIVA.....	51

5.5	A ESPETACULARIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E A REVITIMIZAÇÃO DA MULHER.....	55
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
	REFERÊNCIAS.....	64

RESUMO

Pautado nas perspectivas epistemológicas e na agenda ética da Linguística Aplicada contemporânea (Moita Lopes, 2018), aliada a uma perspectiva feminista nos estudos da linguagem (Cameron, 1991; Vallada; Pinto, 2021), o presente trabalho tem como objetivo produzir uma interpretação crítica acerca dos significados sociais atrelados à violência contra as mulheres na prática jornalística brasileira, focalizando especialmente o modo como notícias jornalísticas narram crimes de feminicídio. Para tanto, por meio de uma extração automatizada feita com linguagem *Python* e da aplicação de critérios não automáticos de inclusão e exclusão, foi constituído um *corpus* de 12.199 notícias sobre feminicídio, publicadas no maior site brasileiro de notícias brasileiro, o G1, entre os anos de 2018 e 2023. Para a exploração desse *corpus* e a geração dos dados foi mobilizada uma combinação metodológica entre ferramentas de análise textual da Linguística de Corpus, notadamente os recursos disponíveis no *software* AntConc 4.2.4 (Laurence, 2023), e expedientes qualitativos e interpretativistas de análise de discurso, desde sua perspectiva pragmática e socioantropológica. As jornadas analíticas realizadas com o *corpus* permitiram apontar diferentes modos de materialização discursiva da violência de gênero, nas quais elementos semióticos empregados na construção das narrativas noticiosas indexam (apontam para) ideologias masculinistas e sexistas correntes na sociedade brasileira acerca da violência de gênero. Dentre esses funcionamentos, destacam-se: *i)* o silenciamento de vozes sociais feministas na construção das narrativas noticiosas, especialmente pelo apagamento de itens de um registro de gênero sobre os casos, como o emprego da própria expressão “feminicídio”; *ii)* a projeção de uma perspectiva individualizante e simplificadora do feminicídio, destituindo-o de sua dimensão cultural e histórica, por meio da validação da “retórica do caso isolado” e da perspectiva punitivista como solução para um problema social estrutural; *iii)* a ambigüização da autoria masculina nos crimes de feminicídio através de coordenações sintáticas que produzem efeitos de distanciamento entre os papéis semânticos de agente e paciente; *iv)* a hiper-descrição das ações violentas, dos cenários brutais dos crimes e da condição violentada dos corpos das vítimas e seus efeitos de espetacularização da violência de gênero e de revitimização das mulheres em casos de feminicídio. Em linhas gerais, o estudo permite problematizar ideologias ainda pervasivas sobre a neutralidade na atividade jornalística, bem como destacar o *continuum* das violências de gênero na linguagem (Silva, 2017; 2020) a que mulheres são interseccionalmente submetidas. A crítica linguística

da violência de gênero destaca, assim, a necessidade de redefinir o discurso midiático em torno do feminicídio.

Palavras-chave: feminicídio; violência de gênero; materialização discursiva; narrativas jornalísticas.

ABSTRACT

Based on epistemological perspectives and the ethical agenda of contemporary Applied Linguistics (Moita Lopes, 2018), combined with a feminist perspective in language studies (Cameron, 1991; Vallada; Pinto, 2021), the present work aims to produce a critical interpretation about the social meanings linked to violence against women in Brazilian journalistic practice, focusing especially on the way in which journalistic news narrates crimes of femicide. To this end, through automated screening carried out using Python language and the application of non-automatic inclusion and exclusion criteria, a corpus of 12,199 news articles on feminicide was created, published on the largest Brazilian news website, G1, between the years 2018 and 2023. To explore this corpus and generate data, a methodological combination was mobilized between textual analysis tools from Corpus Linguistics, notably the resources available in the AntConc 4.2.4 software (Laurence, 2023), and qualitative and interpretivist discourse analysis, from its pragmatic and socio-anthropological perspective. The analytical journeys carried out with the corpus made it possible to point out different modes of discursive materialization of gender violence, in which semiotic elements worked in the construction of news narratives that index (point to) masculinist and sexist ideologies current in Brazilian society regarding gender violence. Among these operations, the following stand out: i) the silencing of social feminist voices in the construction of news narratives, especially through the deletion of items from a gender record about the cases, such as the use of the expression “femicide” itself; ii) the projection of an individualizing and simplifying perspective on feminicide, stripping it of its cultural and historical dimension, through the validation of the “isolated case rhetoric” and the punitive perspective as a solution to a structural social problem; iii) the ambiguation of male authorship in feminicide crimes through syntactic coordinates that produce distancing effects between the semantic roles of agent and patient; iv) a hyper-description of violent actions, brutal crime scenarios and the violated condition of victims' bodies and their effects of spectacularizing gender violence and revictimizing women in cases of feminicide. In general terms, the study allows us to problematize still pervasive ideologies about neutrality in journalistic activity, as well as highlighting the continuum of gender violence in language (Silva, 2017; 2020) to which women are intersectionally subjected. The linguistic critique of gender violence thus highlights the need to redefine the media discourse around femicide.

Key-words: femicide; gender-based violence; discourse; journalistic narratives.

1 INTRODUÇÃO

Quantas vezes me vi no banheiro da casa dele, toda encolhida, sentindo a saliva quente dele no meu corpo enquanto ele gritava? *Pare de chorar como um neném. Você é louca. Ninguém mais te aguentaria.* Quantas vezes fiquei tremendo ali no chão, contando as respirações, quase sufocando num ataque de pânico causado por um desses acessos de loucura? Mas ele nunca me bateu. Quantas horas fiquei ali no chão daquele banheiro depois de ele ter voltado para a cama, meus olhos vermelhos dos vasos estourados? Quantas vezes ouvi o ronco e percebi que ele tinha pegado no sono, a não mais de um metro de distância, enquanto eu hiperventilava, ainda à mercê do ataque de pânico? Quantas vezes sussurrei “Como vim parar aqui? Como virei essa mulher?” Quantas vezes disse para mim mesma: “Levante, chame um táxi e vá embora?” Quantas vezes me levantei e não me reconheci no espelho? Quanto ódio eu senti pela mulher que me olhava de volta? Mas ele nunca me bateu. Quantas vezes voltei para aquela cama, em vez de entrar num táxi, e acordei com os braços dele em volta de mim, dizendo que a culpa tinha sido minha? Ele não era assim. Eu é que trazia à tona esse lado dele. Eu tinha de mudar. Parar de acusá-lo. Se eu fosse mais gentil, ele reagiria de outro jeito. Quantas vezes mudei minha abordagem antes de perceber que a única maneira de evitar o abuso era não tocar no assunto? Mas ele nunca me bateu. Quantos e-mails e mensagens de texto eu encontrei? A quantas festas fomos sabendo que uma das mulheres estaria presente? Aprendi a não falar do assunto para que “eu” não estragasse a noite. (...)

Quantas mentiras difamatórias ele inventou e espalhou para meus antigos colegas e amigos quando o abandonei? Quantas vezes ele manchou minha reputação? Quantas vezes voltei, acreditando nas promessas de que ele era um novo homem, acreditando em cada desculpa? Mas ele nunca me bateu. Quantas vezes uma amiga foi me resgatar quando ele me expulsou da cama depois de eu perguntar sobre as outras mulheres? Quantas vezes voltei para ele antes que essas amigas ficassem fartas de me ajudar? Quantas vezes o defendi e justifiquei seu comportamento quando contei para uma amiga o que ele tinha feito? (...) Comecei a acreditar nas explicações irracionais dele, apesar do meu coração e dos meus olhos. Deixei que ele definisse a realidade. Me isolei. Era mais fácil cortar minha rede de apoio que ter de mentir. Do que ter de encarar a humilhação da minha realidade. Parte de mim sabia que, quando soubessem tudo o que estava acontecendo, as pessoas me forçariam a sair dali para sempre. Não poderia voltar. (...) Quando tudo terminou, não tive direito a luto. Ninguém era capaz de entender como amor, ódio, medo e conforto podiam coexistir. Não entendiam que, além de abusar de mim, ele era meu confidente, a pessoa para quem eu cozinhava, a pessoa que passava o domingo chuvoso assistindo TV comigo, a pessoa que ria comigo, a pessoa que me conhecia. Perdi meu companheiro. Como explicar que o abuso era só uma parte dele? Como explicar isso para si mesma? (...) Como uma criança, estou aprendendo a redefinir as fronteiras do comportamento normal e a realinhar minhas expectativas. Tenho de lembrar que atos de violência nunca podem ser atos de amor. Pela primeira vez, enxergo meu próprio reflexo em outras mulheres que saíram da profundidade do abuso. Mulheres indescritivelmente corajosas que nunca conheci, mas que compartilharam suas histórias e, ao fazê-lo, me salvaram. (...). Eu costumava achar que era louca ou sensível demais porque não conseguia conciliar o amor com o abuso. Me permiti aceitar que ambos existiam. As histórias delas me permitiram me perdoar. Reconhecer como aquela fronteira era arbitrária. Me reconhecer nos olhos dela permitiu dar nome à pessoa que abusava de mim. Dar nome à minha experiência de vítima de abuso. E me libertar. Espero que minhas palavras

abracem outras mulheres. Espero que elas deem a força e o amor de que elas precisam para sair das profundezas (Geledés, 2015).¹

Através desse relato tocante, que ecoa como a voz resiliente de uma mulher que superou momentos de angústia, iniciamos uma jornada para compreender as materializações discursivas nas notícias jornalísticas sobre feminicídios. Lamentavelmente, muitas outras mulheres não compartilham dessa mesma oportunidade, seus assassinos apagaram a luz dos seus direitos, deixando um vazio irreparável onde a existência plena deveria prosperar. Este relato pessoal ressoa como um eco das vozes silenciadas que não apenas enfrentam a violência física, mas também a corrosão psicológica em relacionamentos abusivos. Ao mergulharmos nesse universo sensível, buscamos explorar criticamente as camadas do discurso midiático que cercam os feminicídios. A narrativa individual se entrelaça com uma realidade mais ampla, em que notícias constroem e são construídas a/pela violência de gênero.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo produzir uma interpretação crítica acerca dos significados sociais atrelados à violência contra a mulher na prática jornalística brasileira, a partir da análise de notícias que reportam casos de feminicídio publicadas no portal brasileiro G1, entre os anos de 2018 e 2023. Assim, o estudo propõe uma incursão no vasto universo das práticas discursivas e sociais presentes na construção midiática, com foco específico nas notícias que permeiam nosso cotidiano. A perspectiva aqui delineada visa não apenas compreender, mas interpretar criticamente as relações complexas entre o discurso jornalístico e as ideologias sobre gênero, especialmente no contexto do feminicídio. A tarefa central da pesquisa visa a identificação e a análise das estruturas discursivas que permeiam as notícias de feminicídio na mídia brasileira e modo como elas se articulam com estruturas sociais.

Com dito, o universo digital do portal G1, no período de 2018 a 2023, servirá como campo de estudo, oferecendo uma janela específica para a observação dessa narrativa midiática. Criado em 2006, esse portal de notícias conseguiu alcançar a marca de 3,5 milhões de visitantes em um único mês, menos de dois anos após seu lançamento, de acordo com uma pesquisa do instituto Ibope/NetRatings. Isso o consagrou como o *site* de notícias mais visitado da *internet* brasileira na época, e essa popularidade perdura até os dias atuais. A

¹ Segundo a agência FIOCRUZ, os casos de feminicídio no Brasil aumentam 31,46% em quase quatro décadas: “A taxa de homicídios de mulheres no Brasil aumentou 31,46% no período de 1980 a 2019, passando de 4,40 (1980-1984) para 6,09 (2015-2019) a cada 100 mil mulheres, revela o estudo Female homicides in Brazil and its major regions (1980-2019): An analysis of age, period, and cohort effects, a ser publicado na revista *Violence Against Women*.”

escolha do G1 como o principal foco da pesquisa se justifica por essa notável popularidade, uma vez que uma parte significativa da sociedade brasileira acessa regularmente as notícias veiculadas por esse portal.

É crucial ressaltar que esta pesquisa se apoia em uma visão de discurso que desafia a concepção tradicional de discurso como um construto verbal isolado da vida social. Inspirados pelas abordagens pragmáticas e sociossemióticas do discurso, correntes na Linguística Aplicada (LA) contemporânea (Austin, 1990; Bauman; Briggs, 2006; Moita Lopes, 2006) exploraremos o discurso como prática social situada. Assim, a compreensão aprofundada das inter-relações entre linguagem e sociedade é vital para explicitar os mecanismos que legitimam ideologias sexistas e que perpetuam a desigualdade de gênero no contexto específico da violência contra as mulheres.

Na primeira parte deste trabalho, exploramos a construção do termo "feminicídio" (Russel, 1976) no discurso jurídico e midiático. Analisamos como a linguagem, especialmente os discursos jurídico, legislativo e sua relação com os repertórios feministas, desde sua dimensão performativa (Butler, 2003), desempenha um papel fundamental na (des)construção de normas de gênero, dos discursos feministas e das disputas em torno da violência contra mulheres. O capítulo destaca não apenas o papel da linguagem como um "reflexo" das estruturas sociais, mas como agente de produção e transformação das próprias dinâmicas sociais.

Em seguida, adentramos a materialização discursiva da violência de gênero (Silva, 2020) uma perspectiva linguística que considera as complexidades da linguagem em diferentes escalas sociais (Carr e Lampart, 2016). Através das noções de "escala", examinamos como os discursos se concretizam em variados contextos, indo além do suposto conteúdo "explícito" das mensagens. A abordagem integrada da Antropologia Linguística e da análise pragmática nos permite entender como os significados são produzidos e compartilhados, destacando a multiplicidade de contextos em que a materialização discursiva se manifesta.

No capítulo seguinte, exploramos a construção metodológica da pesquisa, apresentando a relevância da combinação do uso de ferramentas da Linguística de *Corpus* com aquelas abordagens de estudo do discurso de caráter mais interpretativista na análise de dados. Desse modo, a análise da frequência de palavras e padrões linguísticos, juntamente com o uso de ferramentas computacionais específicas, proporciona compreensão mais complexa da linguagem utilizada nas notícias jornalísticas que narram feminicídios.

Por fim, adentramos na análise do *corpus*, desvelando os padrões presentes na cobertura midiática de feminicídios. Apesar de sugerir uma redução em 2021, a análise anual revela um aumento persistente, indicando desigualdades enraizadas. A notável recorrência do termo "polícia" como o mais frequente de todo o corpus evidencia uma abordagem punitivista, negligenciando as causas sociais subjacentes à violência de gênero. Além disso, a predominância da voz passiva e a caracterização cruel da condição da vítima contribuem para a desresponsabilização dos agressores, perpetuando estereótipos e gerando uma revitimização que prejudica a compreensão séria do fenômeno do feminicídio. Nesse contexto, a ênfase na espetacularização da violência cria um terreno propício para uma cobertura sensacionalista, comprometendo a dignidade das vítimas e dificultando uma apreensão equilibrada, por parte do público, sobre a gravidade do feminicídio.

2 A CONSTRUÇÃO DO “FEMINICÍDIO” NO DISCURSO JURÍDICO E MIDIÁTICO

Neste primeiro capítulo, o foco recai sobre a interseção entre linguagem, poder social e das transformações do conceito de feminicídio. Desde a Teoria dos Atos de Fala de Austin até as contribuições de Foucault e Butler, explora-se como a linguagem não apenas reflete, mas também constrói realidades e relações de poder. O capítulo destaca a relevância de termos específicos, como "feminicídio", na desconstrução de normas de gênero, revelando como a linguagem atua como ferramenta performativa na luta feminista. A narrativa avança pela trajetória histórica do termo, sua introdução por Diana Russel e sua aplicação no contexto latino-americano, especialmente em casos emblemáticos como os de Ciudad Juárez. A criação do Projeto de Lei no Brasil e a subsequente Lei do Feminicídio revelam não apenas a luta feminista, mas também a importância de termos específicos na legislação, impactando diretamente as políticas públicas.

Na segunda parte do capítulo, examinamos a dimensão jurídica do feminicídio no Brasil, destacando o Projeto de Lei nº 292/2013 originado de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito em 2011. Assim, analisamos como o projeto propõe a inclusão do feminicídio como circunstância agravante no Código Penal, ressaltando sua importância na luta por justiça e igualdade de gênero. A Lei 13.104/2015, conhecida como Lei do Feminicídio, também é abordada, detalhando sua relevância ao tipificar penalmente crimes relacionados à violência de gênero. Em seguida, a criação da palavra "feminicídio" no léxico jurídico é discutida como uma conquista feminista, resultado de intensas mobilizações.

A terceira parte do capítulo explora a relevância do termo "feminicídio" na cobertura midiática. Com a mídia desempenhando um papel central na democracia, a concentração de poder nos meios de comunicação é discutida. A abordagem performativa em pragmática é introduzida, destacando como a linguagem não é meramente descritiva, mas sim uma ferramenta ativa na construção da realidade e na disseminação de significados. Essa parte da análise se volta ainda para a importância da mídia adotar o termo "feminicídio", reconhecendo seu potencial transformador na conscientização pública e na mudança de percepções sobre a persistente violência de gênero. O capítulo enfatiza o papel crucial da linguagem na moldagem de perspectivas e na promoção de mudanças sociais, concluindo com a compreensão do impacto profundo e duradouro da palavra que reconhece não apenas a morte violenta das mulheres, mas também a luta constante por seus direitos.

2.1 COMO FABRICAR UMA PALAVRA: UMA HISTÓRIA SOCIAL DO “FEMINICÍDIO” E SEUS SIGNIFICADOS DE GÊNERO

A princípio, é necessário considerar que a linguagem, principal meio de interação social, não é meramente um conjunto de palavras, ela também é o caminho pelo qual construímos significados, transmitimos ideias e influenciemos as percepções coletivas, ou seja, além de comunicar, ela também molda a maneira como percebemos o mundo ao nosso redor. Parte considerável dessas ideias é tributária de uma visão pragmática da linguagem na história da Filosofia Contemporânea, a qual trouxe repercussões desessencializantes para diferentes campos do conhecimento, a exemplo dos feminismos e dos estudos da linguagem.

Exponente dessa corrente epistemológica, John Langshaw Austin, ao propor a Teoria dos Atos de Fala, descentra a compreensão do significado linguístico de “dentro da linguagem” para “fora da linguagem”. Em lugar de ser encarada como um mero expediente de descrição da realidade, a linguagem é encarada em função do seu potencial performativo. Ou seja, desbancada a “falácia descritivista” (Austin, 1991), os usos da linguagem passam a ser encarados como atos, como ações linguísticas amplamente implicadas nas relações políticas e sociais.

A interseção entre linguagem e poder social tem sido estudada por teóricos proeminentes como Michel Foucault (1972) e Judith Butler (1990). Para Foucault, a linguagem não apenas reflete, mas também constrói realidades e relações de poder. Suas análises sobre o poder discursivo destacam como certos discursos moldam e mantêm estruturas de subjetivação, ou seja, regimes de produção de certos tipos de sujeito. Dessa forma, ele nos instiga a examinar o poder como um jogo de forças que molda as condições de emergência de certos discursos e subjetividade, além de definir o que é considerado normal em uma sociedade. Nesse sentido, o poder é tomado não como uma dimensão repressiva, mas produtiva. Ou seja, uma força que molda o tecido social utilizando a linguagem como uma ferramenta poderosa para produzir modos de vida e subjetividades.

Seguindo essa mesma linha, a obra de Judith Butler explora como a linguagem é utilizada na produção de identidades de gênero, evidenciando como termos e categorias linguísticas tanto constituem quanto podem reforçar ou desafiar as normas sociais e o poder estabelecido. Em sua teoria da performatividade de gênero (Butler, 1997), ela argumenta que a identidade, bem como as demais dimensões daquilo que nomeamos como “realidade” são, na verdade, efeitos situados. Ou seja, entidades construídas por meio de repetições de atos performativos. Isso significa que a linguagem desempenha um papel fundamental na

construção das identidades sociais e, portanto, na percepção das assimetrias e das violências instauradas nas relações entre elas. Sendo assim, se não estão disponíveis repertórios linguísticos adequados para nomear certas violência mobilizada em razão de certas identidades específicas, elas permanecem invisíveis ou, em outras palavras, naturalizadas.

As teorias de Butler fornecem subsídios para a compreensão das complexidades das normas e regulações que produzem e governam as identidades de gênero e sua íntima relação desse funcionamento com o papel performativo da linguagem. Na obra "Corpos em Aliança e a Política das Ruas" (2003), seguindo a orientação de seu pensamento antiessencialista, a filósofa aborda a identidade não como uma característica intrínseca aos sujeitos, mas como uma prática culturalmente construída e regulada. Desse modo,

Compreender a identidade como uma prática, e uma prática significativa, é compreender sujeitos culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso amarrado por regras, e que se insere nos atos disseminados e corriqueiros da vida linguística (Butler, 2003, p. 208).

Com isso, podemos perceber como as normas de gênero, por exemplo, são importantes para a construção das identidades de cada indivíduo. A análise de Butler nos leva a refletir sobre como as pessoas são percebidas como sujeitos culturalmente inteligíveis dentro dessas normas, e como essa percepção pode afetar suas vidas e interações. Ao examinar o papel do discurso na formação da identidade, abrimos caminho para uma compreensão mais complexa das dinâmicas sociais e culturais existentes, as quais moldam “quem somos” e como nos relacionamos com “o mundo” ao nosso redor.

Parte considerável das normas que regulam e organizam essa autopercepção dos sujeitos, suas relações sociais e o próprio funcionamento da sociedade é atrelado às regulações de gênero. Essas regulações operam de forma difusa na cultura, projetando valores e expectativas sociais que moldam diferenças, distribuição desigual de poder, recursos e oportunidades segundo uma hierarquia de experiências de gênero consideradas “autênticas”, “válidas”, “normais” e aquelas que não. É nesse sentido que Judith Butler (2003), afirma que o gênero é a “estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (Butler, 2003, p. 59). Essa “aparência de substância” apontada por Butler faz com que fabricações discursivas, amplamente submetidas a contingências culturais, sejam encaradas como um tipo de “essência”.

Assim, dessa perspectiva antiessencialista, o gênero não é uma característica fixa inerente ou interna a uma pessoa, mas sim algo que é continuamente produzido e reproduzido através de práticas sociais, como uma produção social e performativa. Desse modo, ao destacar como o gênero é repetidamente performado e mantido, Butler (2003) evidencia o modo como as “normas de gênero” sustentam sistemas de regulação pautados em uma violência produtiva, a exemplo do binarismo de gênero e da heteronormatividade.

Em uma sociedade cis-heteropatriarcal, a exemplo daquelas resultante de experiência coloniais, cristãs e capitalistas, como o Brasil, as normas de gênero são profundamente arraigadas e costumam reforçar o poder de homens brancos, cisgêneros e heterossexuais em detrimento daquele exercido por mulheres. Essas normas se sustentam no binarismo de gênero, ou seja, na dicotomia entre masculino e feminino, restringindo a expressão de gênero e limitando as identidades à conformidade com essas categorias. Como consequência disso, as mulheres acabam enfrentando uma opressão sistemática, resultante das desigualdades de gênero. De acordo com Butler, embora identidades de gênero não sejam uma essência naturalmente adquirida, elas são produzidas, governadas e reguladas por normas sociais altamente rígidas.

Parte importante das tecnologias de governo dos corpos no que tange à coerência às normas de gênero é a violência, em suas múltiplas facetas. Em outras palavras, a violência de gênero é parte constitutiva, e não uma anomalia, das engrenagens de poder que produzem, nomeiam e hierarquizam os corpos e suas experiências de gênero. É nesse sentido que a violência está inscrita em um conjunto de relações sociais e culturais linguisticamente mediadas, uma vez que suas formas possíveis de nomeação, bem como a definição daqueles sujeitos que podem, ou não, ser tomados como alvo de violência não são “realidades constatáveis” na linguagem, mas antes, são fabricações do próprio discurso. Assim, os nomes que historicamente atribuímos às violências, mais do que descrevê-las, as produzem como coisas inteligíveis, (in)existentes no mundo.

É nesse sentido que o percurso histórico e social que levou à produção e a adoção do termo “femicídio” é parte importante da compreensão do próprio fenômeno da violência de gênero e suas disputas na sociedade contemporânea. Alcunhado pela feminista britânica Diana Russel, o termo “femicídio” é visto como um índice de solidificação de uma gama de repertórios feministas na luta pelos direitos das mulheres. Aparecendo pela primeira vez em 1976, no livro “A Política do Estupro”, seu objetivo era romper o silêncio acerca de uma forma de violência historicamente invisibilizada e que ameaçava a vida das mulheres em

diferentes partes do mundo: assassinatos de mulheres motivados exclusivamente pelo fato de serem mulheres.

Por tratar com assertividade de assuntos tão naturalizados, Russel é amplamente reconhecida por suas contribuições significativas para a compreensão e conscientização sobre a violência de gênero. Quando criou o termo “feminicídio”, ela estava realizando pesquisas sobre estupro e violência sexual, por isso, buscava uma maneira de nomear e descrever especificamente os assassinatos de mulheres motivados exclusivamente pelo gênero. Ao usar o termo, ela argumentou que esses atos não eram simples “homicídios”, categoria de assassinato já disponível no léxico jurídico sobre a violência em geral, conseguindo sustentar que no caso dos “feminicídios” se tratava de manifestações de uma cultura de violência de gênero arraigada na sociedade, destinada a controlar e oprimir as mulheres, chegando a seu ápice na eliminação física de suas vítimas em função dessas iniquidades socioculturais, econômicas e psicológicas baseadas no sexismo e na misoginia. Nesse sentido, para Barros (2015):

O feminicídio pode ser definido como uma qualificadora do crime de homicídio motivada pelo ódio contra as mulheres, caracterizado por circunstâncias específicas em que o pertencimento da mulher ao sexo feminino é central na prática do delito. Entre essas circunstâncias estão incluídos: os assassinatos em contexto de violência doméstica/familiar, e o menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Os crimes que caracterizam a qualificadora do feminicídio reportam, no campo simbólico, a destruição da identidade da vítima e de sua condição de mulher (Barros, 2015).

As contribuições de Diana Russel para o movimento feminista e para a conscientização sobre a violência de gênero desempenharam um papel fundamental em dar visibilidade a esses casos, bem como a informar o debate público com uma compreensão mais complexa sobre o caráter estrutural dessa violência. Nesse sentido, no contexto latinoamericano, a noção de “feminicídio” foi fundamental para a compreensão crítica dos assassinatos que ocorreram em Ciudad Juárez, no México. Esses eventos correspondem a um conjunto de homicídios de mulheres que ocorreram na cidade mexicana, principalmente a partir dos anos 1990. Esses casos são caracterizados pela brutalidade de sua violência e mistério, inclusive, muitos deles permanecem sem solução. De acordo com a professora e pesquisadora Julia Monárrez-Fragoso (2002), foram mais de duzentos assassinatos e quase uma centena dos casos envolvia tortura e violência sexual.

Nos casos, que ganharam destaque em 1990, as vítimas eram principalmente mulheres, muitas delas trabalhavam em fábricas na zona industrial da cidade, conhecida por empregar uma grande quantidade de mulheres. Geralmente os assassinatos envolviam

sequestros, tortura, abuso sexual e homicídios violentos. Os corpos das vítimas eram abandonados, o que tornava as investigações mais desafiadoras. Para entender a crueldade dos crimes, Pasinato (2011) descreve o cenário:

Os corpos são encontrados em valas e terrenos baldios com marcas de violência sexual, tortura, algumas têm as mãos atadas e são visíveis sinais de estrangulamento. Alguns corpos são esquartejados. Além das mortes, há inúmeros casos de desaparecimentos, sobre os quais também paira a certeza de que ocultam homicídios. As mortes em Ciudad Juarez são sempre descritas com uma aura de mistério, seja pelas características dos crimes – cujas práticas são descritas como partes de rituais –, seja pela omissão do Estado e a existência de algo que parece ser um “poder” maior que protege os responsáveis pelos crimes e pelas ameaças contra a vida de todos aqueles que tentam levar adiante alguma investigação sobre os casos (Pasinato, 2011, p. 226).

Um dos aspectos marcantes desses casos é a alta taxa de impunidade, visto que os culpados raramente foram levados à justiça. Esse cenário de exclusão das mulheres da condição de vidas pelas quais o Estado deve zelar gerou críticas generalizadas sobre a eficácia das investigações, do sistema de justiça e seus vícios no tocante à investigação de crimes com viés de gênero. Em função dessas características, tais crimes provocaram indignação generalizada entre ativistas feministas de todo o mundo, que pressionaram por uma investigação adequada e medidas para proteger as mulheres.

O trabalho pioneiro de Diana Russel na definição do termo "feminicídio" e na análise das formas específicas de violência direcionada às mulheres ajudou a classificar esses assassinatos como parte de um padrão mais amplo de violência de gênero. Além disso, desempenhou um papel importante em destacar a violência de gênero no México e em todo o mundo, contribuindo para discussões mais direcionadas para a proteção das mulheres e a busca por justiça.

Desde sua criação, o termo “feminicídio” se expandiu, dando origem a diferentes tipos² que categorizam as diversas formas dessa violência. Isso proporcionou mudanças significativas nas leis e políticas públicas para mulheres em muitos países, a fim de garantir que elas, em diferentes contextos de existência, ocupem de forma plena sua condição de cidadãs e sujeitas de direitos. Isso especialmente porque o termo "feminicídio", indo além da concepção tradicional de “homicídio”, faz com que o Estado e suas políticas, sejam elas

² Relato de uma mulher publicado em um site dos EUA (HUFFPOST), traduzido e republicado no Brasil pelo Geledés em 11/12/2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ele-nunca-me-bateu-um-relato-de-um-relacionamento-abusivo/>.

penais, sociais ou de direitos humanos, englobem uma dimensão historicamente alijada do debate público e da atuação institucional: as questões de gênero.

Esse efeito se dá especialmente graças a uma compreensão complexa da violência contra as mulheres, em desacordo com a retórica do “caso isolado”, a qual demanda levar em conta estruturas sociais e históricas que perpetuam as lógicas de desigualdades e de dominação pelas quais as normatizações de gênero operam, a exemplo da linguagem abusiva, da violência psicológica, da violência patrimonial, da violência física, da violência sexual, dentre outras resultantes de aspectos estruturais como o empobrecimento das mulheres e a cristalização de valores machistas. Assim, a fabricação histórica do “feminicídio” funciona como um modo de agência feminista para tornar possível falar sobre as violências de gênero, bem como um tipo de inserção no vocabulário legal, destacam a luta por legitimidade e validação das experiências de sujeitos femininos.

2.2 A EMERGÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA NA SOCIEDADE BRASILEIRA E A INCORPORAÇÃO DO TERMO “FEMINICÍDIO” NO DISCURSO JURÍDICO

No Brasil, em 2006, tivemos a criação da Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, recebeu esse nome em homenagem à farmacêutica Maria da Penha, que, em 1983, foi vítima de violência doméstica por parte de seu marido, Marco Antonio Heredia Viveros. Maria da Penha sofreu tentativas de feminicídio, incluindo um disparo nas costas enquanto dormia, resultando em lesões irreversíveis nas vértebras torácicas e sua paraplegia. Marco Antonio inicialmente alegou uma tentativa de assalto, versão desmentida pela perícia. Após cirurgias e tratamentos, Maria da Penha foi mantida em cárcere privado e sofreu nova tentativa de agressão, decidindo, então, buscar justiça. O primeiro julgamento, em 1991, resultou em uma condenação de 15 anos de prisão, mas Marco Antonio, devido a recursos da defesa, permaneceu em liberdade. No segundo julgamento, em 1996, a pena foi reduzida para 10 anos e 6 meses, novamente sem cumprimento devido a alegadas irregularidades processuais.

Internacionalmente, o caso ganhou destaque em 1998, quando Maria da Penha denunciou o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Apesar disso, o Estado brasileiro permaneceu omissivo, sem pronunciamentos durante o processo. Segundo o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM):

Só em 2001, após receber quatro ofícios da CIDH/OEA (1998 a 2001), o Estado foi responsabilizado por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica praticada contra as mulheres brasileiras. Em 2002, formou-se um Consórcio de Organizações Não Governamentais Feministas, que pressionavam as autoridades para a elaboração de uma lei de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Em 2006, finalmente, o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei Maria da Penha (IBDFAM, 2020).

O longo período até a responsabilização do Estado, somado à pressão exercida por organizações feministas, evidencia uma lacuna marcante na resposta institucional à violência de gênero. A demora em reconhecer e agir frente a essa problemática, como destacado pelos quatro ofícios da CIDH/OEA, levanta questões sobre a efetividade das estruturas governamentais em proteger as mulheres contra a violência doméstica. A formação do Consórcio de Organizações Não Governamentais Feministas, apesar de representar uma força de pressão necessária, também destaca a necessidade de um ativismo persistente para compelir as autoridades a agirem em prol da efetivação dos direitos humanos das mulheres. A promulgação tardia da Lei Maria da Penha, em 2006, embora seja um avanço significativo, ressalta as ineficiências prévias do sistema legal em abordar de maneira adequada e urgente a violência de gênero no país.

Depois de consolidada, a Lei Maria da Penha passou também a oferecer repertórios linguísticos específicos para nomear e categorizar os tipos de violência sofrida por mulheres, apontando como: violência patrimonial, violência sexual, violência física, violência moral e violência psicológica, assim como informa o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT):

DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a

impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (TJDFT, 2017).

Essa ampla gama de situações contempladas pela lei demonstra um esforço em reconhecer e enfrentar as diversas formas de opressão de gênero, embora não sejam suficientes para manter as mulheres das lógicas sociais que produzem suas condições de vulnerabilidade, especialmente quando essas mulheres são internacionalmente (COLLINS, 2006; AKOTIRENE, 2018) atravessadas por outros vetores de violência, a exemplo de mulheres trans, travestis, racializadas e pertencentes a classes econômicas empobrecidas.

No Estado brasileiro, o Projeto de Lei nº 292/2013 surgiu como resultado de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito em 2011, que investigou a violência contra a mulher e a falta de aplicação das leis protetivas. Essa comissão propôs a inclusão do feminicídio como uma circunstância agravante no Código Penal, especificamente no crime de homicídio. Isso visava a aumentar a penalização de homicídios relacionados à violência de gênero contra as mulheres, o que é entendido como um ponto de virada significativo na luta por justiça e igualdade de gênero. Assim, em sua justificativa para propor o projeto de lei supracitado, o Senado Federal ressalta:

A importância de tipificar o feminicídio é reconhecer, na forma da lei, que mulheres estão sendo mortas pela razão de serem mulheres, expondo a fratura da desigualdade de gênero que persiste em nossa sociedade, e é social, por combater a impunidade, evitando que feminicidas sejam beneficiados por interpretações jurídicas anacrônicas e moralmente inaceitáveis, como o de terem cometido “crime passionai” (Senado Federal, 2013, p. 1004).

Mais tarde, o termo "feminicídio" começou a ganhar força na legislação com a Lei 13.104/2015, também conhecida como Lei do Feminicídio, sua criação representou um marco significativo na legislação brasileira ao representar uma nova tipificação penal para crimes que envolvem violência de gênero. Seu impacto mais notável foi o reconhecimento da gravidade da violência contra as mulheres, ao definir o feminicídio como um homicídio praticado “em razão da condição de gênero da vítima”. Isso não apenas destacou a seriedade

do problema, mas também sublinhou a necessidade de abordá-lo de forma diferenciada em relação ao homicídio tradicional.

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Código Penal, o feminicídio é visto como um homicídio qualificado quando ocorre em qualquer das seguintes circunstâncias: durante a gestação, nos três meses posteriores ao parto, contra menores de 14 anos, maiores de 60 anos ou pessoas com deficiência, ou ainda em qualquer situação que dificulte a defesa da vítima. É preciso reconhecer que a introdução da palavra "feminicídio" no léxico jurídico e na discussão pública é mais uma grande conquista feminista, enfatizando que essa incorporação do repertório dos movimentos sociais feministas pela criminalização desse tipo de violência de gênero é resultado de intensas mobilizações para conseguir tal feito.

O conceito de feminicídio traz uma dupla violação dos direitos humanos. Além de extinguir a vida de uma pessoa, o agressor despreza o direito das mulheres à igualdade e ao respeito, submetendo-as à violência estrutural e institucionalizada. Essa, por sua vez, é produzida por uma matriz de gênero (Butler, 2003) que além de essencializar as diferenças entre "homens" e "mulheres" como constitutivas da própria noção de humanidade, hierarquiza essas existências, posicionando aqueles sujeitos socialmente lidos como "mulheres" em uma posição de destituição de sua humanidade e, por isso, de abertura às mais graves formas de violência, a exemplo da eliminação de suas próprias vidas.

Através da linguagem, mulheres assassinadas em função das iniquidades sociais atreladas à sua identidade de gênero tornam-se elegíveis à categoria de "vítimas". Esse lugar na linguagem, apesar de ambíguo, confere às mulheres e as mobilizações feministas, em diversos âmbitos, certos modos de agência política e de possibilidade de interpelação do Estado frente a suas demandas. Nesse sentido, a solidificação em texto (Borba, 2015) da violência de gênero materializada pela noção de "feminicídio" faz com que haja a possibilidade de essas mulheres deixem de ser apenas "estatísticas anônimas" e passem a ser reconhecidas como sujeitos em situação de violação. Essa operação política na linguagem jurídica colabora para desafiar narrativas tradicionais profundamente arraigadas que minimizam ou justificam a agressão, uma vez que a criação de uma palavra específica para essa forma de violência permite que as discussões sejam ainda mais direcionadas e eficazes, reforçando o poder da linguagem para moldar perspectivas e influenciar políticas públicas.

Em última análise, podemos perceber que a linguagem é um vetor de transformação social e de lutas políticas, permitindo que as mulheres reivindicam sua voz e dignidade, enquanto também desafiam normas e discursos de gênero prejudiciais institucionalizados.

Dessa forma, através dessa exploração, buscamos compreender o impacto profundo e duradouro da palavra que reconhece não apenas a morte violenta das mulheres, mas também a luta constante por seus direitos.

2.3 A RELEVÂNCIA DO TERMO “FEMINICÍDIO” NA COBERTURA MIDIÁTICA

O advento da Internet e das Novas Tecnologias de Informação e da Comunicação (TDICs) desencadeou transformações sociais profundas, permitindo que indivíduos, anteriormente limitados a experiências compartilhadas em comunidades locais, agora se exponham a diversas representações sociais em espaços e tempos distintos. Essa evolução confere ao campo jornalístico uma importância política, não apenas por definir o que é relevante para o público, mas também por moldar interpretações e conferir sentido às disputas políticas e ideológicas (Bírolí; Mantovani, 2010). No plano simbólico, isso se traduz na construção de uma ordem, conferindo sentido imediato ao mundo (Bourdieu, 2007), tornando os textos jornalísticos não meros reflexos, mas construtores da realidade social.

Uma vez que os textos noticiosos correspondem a narrativas, inadvertidamente, podem contribuir para reforçar visões que perpetuam desigualdades de gênero. Nesse sentido, Iris Marion Young (2000) destaca como a mídia, ao difundir estereótipos, pode produzir injustiças sistemáticas, universalizando a experiência e a cultura de grupos dominantes como padrão. Essa disseminação contribui para a opressão dos grupos culturalmente subalternizados, que têm sua identidade definida por estereótipos ou pela invisibilidade imposta pela mídia (Young, 2000). Esse episódio pode ser facilmente constatado quando estamos falando do feminicídio na mídia.

Portanto, os meios de comunicação exercem uma posição crucial no debate público, organizando sentidos para a vida cotidiana e influenciando a compreensão dos indivíduos sobre o mundo que os cerca (McCombs, 2009). A distância do indivíduo em relação aos acontecimentos aumenta a influência da mídia em sua interpretação do mundo. Assim, aquilo que o campo jornalístico “seleciona” como relevante molda as percepções individuais, influenciando atribuições de *status*, valores e julgamentos pessoais (McCombs, 2009). No contexto da violência de gênero, a associação entre imagens construídas pela mídia e a posição dos atores sociais nessas construções destaca-se, revelando uma nova forma de violência, decorrentes desses registros.

Desse modo, a correlação entre o conceito de feminicídio e os estereótipos potencialmente presentes nas narrativas jornalísticas merecem especial atenção tanto pela naturalização de ideologias perniciosas no campo do gênero, quanto pelo poder social de que gozam os textos da mídia. Assim, os enquadramentos jornalísticos, ou seja, o modo como veículos de mídia (re)constroem no discurso fenômenos da vida social, ao organizarem os eventos por meio de seleção, ênfase, exclusão e saliência, promovem um tipo de investimento ideológico bastante sutil. No caso de textos jornalísticos que narram casos de violência de gênero, certas interpretações morais podem atuar no sentido de naturalizar estereótipos. A atividade jornalística, no ato de narrar os eventos, utiliza recursos simbólicos que podem resultar na naturalização desses estereótipos (Biroli, 2011).

O discurso jornalístico, ao utilizar estereótipos como atalhos cognitivos, indicia relações de poder e dominação, funcionando como elemento de sustentação da ordem nas relações cotidianas (Biroli, 2011). As injustiças culturais e simbólicas estão fortemente vinculadas a padrões sociais de representação, interpretação e comunicação (Fraser, 2001). Ao difundir valores que naturalizam posições assimétricas nas notícias de feminicídio, os meios de comunicação reforçam assimetrias de gênero, contribuindo para a manutenção de sistemas de dominação e relações de poder.

Por fim, levando em consideração que no ato de narrar os acontecimentos, a mídia acessa repertórios socialmente ideológicos, destacamos a importância de dar nome à violência nesse contexto, pois é um ato de significado profundo, conferindo identidade e permitindo que fenômenos, conceitos e realidades se tornem compreensíveis e comunicáveis. Nesse contexto do feminicídio, a importância de atribuir um termo específico vai além da mera categorização linguística. Ao nomear o fenômeno, a mídia reconhece e destaca uma forma específica de violência baseada no gênero, proporcionando visibilidade a uma questão que, de outra forma, poderia ser diluída em estatísticas gerais de homicídios. O termo não apenas diferencia essa forma de violência, mas também chama a atenção para suas raízes profundas na desigualdade de gênero e nas relações de poder. Portanto, dar nome às coisas, especialmente em questões sensíveis como o feminicídio, é um ato de responsabilidade social. Isso não apenas destaca a gravidade do problema, mas também catalisa esforços coletivos para enfrentar e erradicar as raízes profundas dessa forma de violência de gênero.

3 MATERIALIZAÇÃO DISCURSIVA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA PERSPECTIVA LINGUÍSTICA

A materialização discursiva (Motschenbacher, 2011) ganha complexidade quando incorporamos a noção de "escala" (Carr e Lampert, 2016). Essa abordagem implica examinar como os discursos se concretizam em múltiplos níveis, indo além da mera observação do conteúdo explícito das mensagens. Assim, apropriando-se de uma metáfora advinda da geografia para explicar a atividade de produção dos discursos, Carr e Lampert (2016) afirmam que, assim como a representação que um mapa faz do espaço físico é resultado da aplicação de uma "escala", ou seja, de um tipo de perspectiva que dimensiona aquela representação em relação a coisa real representada no mapa, assim também ocorre aos discursos. Isso é, longe de serem representações fidedignas da realidade, ou dos objetos de que falam, eles são sempre resultantes de um trabalho ideológico de perspectivação, o qual dimensiona a "realidade" no discurso segundo escala (ideologias) específica.

Ao explorar essa perspectiva, a Antropologia Linguística busca entender como as práticas discursivas são moldadas por fatores socioculturais, históricos e interacionais em diferentes escalas de observação. Isso implica considerar desde a dinâmica das interações cotidianas até as estruturas sociais mais amplas que permeiam a comunicação.

A análise pragmática concentra-se nas nuances da linguagem em ação, examinando como os participantes usam a linguagem para realizar ações específicas em contextos sociais específicos. Nesse sentido, a materialização discursiva é observada não apenas como uma expressão de ideias, mas como uma prática social intrincada, onde significados são construídos, negociados e interpretados. Em conformidade com Silva (2020):

(...) a "aparência de substância" ou "aparência de superfície" estável é, na verdade, efeito de um processo performativo que se desenrola sob um eixo temporal, uma historicidade. E mais: esse processo de materialização não é deliberado, mas regulado, a ponto de produzir "efeitos de demarcação de identidade", poderíamos dizer (Silva, 2020, p. 291).

A abordagem semiótica complementa essa análise ao destacar os sistemas de signos e símbolos compartilhados que permeiam os discursos. Aqui, a escala se manifesta na variedade de códigos semióticos presentes em diferentes contextos, desde gestos e entonação até convenções linguísticas específicas de grupos culturais. A materialização discursiva, portanto, é concebida como um fenômeno multifacetado, em que a linguagem é entrelaçada com a cultura, a identidade e o poder em escalas diversas.

Assim, a noção de "escala" proposta por Carr e Lampert (2016) proporciona uma lente analítica valiosa para a Antropologia Linguística, enriquecendo a compreensão da materialização discursiva ao considerar a multiplicidade de contextos e a complexidade das interações linguísticas em diferentes níveis sociais. Essa abordagem integrada amplia nossa visão sobre como os significados são produzidos e compartilhados, nos ajudando a entender sobre a dinâmica da linguagem em sociedade.

Através da noção de indexicalidade (Silverstein, 2003; Blommaert, 2014), entendemos que a forma linguística não produz sentido exclusivamente em razão de si mesma ou de suas propriedades internas, mas o faz apontando para a "exterioridade linguística". Assim, os signos são indexicais porque produzem significados culturais apontando aspectos do chamado "contexto" por meio de inferências ideológicas: uma expressão específica "representa" um significado social e cultural específico" (Blommaert, 2014, p. 69). Assim, a "ordem indexical é o conceito essencial para nos orientar sobre como relacionar o microssocial às estruturas macrosociais na análise de qualquer fenômeno sociolinguístico" (Silverstein, 2003, p. 193). Isso destaca uma característica crucial de contextualização dos sinais, com índices tanto para os interlocutores quanto para os discursos em uma determinada interação social. Dessa maneira, observamos como os significados gerados extrapolam a esfera do microssocial.

Desse modo, a noção de indexicalidade nos permite explorar a perspectiva de escala pragmática delineada por Carr e Lampert (2016). De acordo com esses autores, a noção de escala está intrinsecamente ligada à maneira como enxergamos nossa vida social, pois, como afirmam, "ao escalarmos, nos orientamos, comparamos, conectamos e nos posicionamos" (Carr e Lampert, 2016). Essa abordagem contínua de avaliação, posicionamento e comparação por meio da linguagem integra o funcionamento metapragmático da linguagem que possibilita a construção de significados em diversas dimensões, categorizando aspectos como micro ou macro, local e translocal. As noções escalares, assim delineadas, apontam para complexidades sociais, identitárias, sócio-históricas e ideológicas, revelando a característica indexical subjacente às escalas.

3.1 A MATERIALIZAÇÃO DISCURSIVA COMO PROCESSO ESCALAR: A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

As narrativas que circulam em diversos tempos e espaços desempenham um papel fundamental na configuração das interações situadas, atuando como "formações discursivas"

(Foucault, 1969) profundamente enraizadas, exemplificadas pelo binarismo de gênero. Essas narrativas não apenas moldam corpos e subjetividades, mas também levantam questões fundamentais sobre a relação entre as normatividades sociais, enquanto realidades simbólicas, e os processos de materialização dessas normas. No âmago das questões apresentadas, surge a complexidade da relação entre as normatividades sociais, entendidas como realidades simbólicas e não-materiais, e os processos de materialização dessas normas em práticas discursivas situadas, a exemplo das notícias, as quais são objeto de estudo desta pesquisa.

Conforme aponta Silva (2020), os diferentes conteúdos, valores e crenças projetados por ideologias baseadas em gênero, em circulação nas sociedades cisheteronormativas, se tonam presentes em interações situadas, ou em texto em contexto, graças a esse funcionamento escalar, processual e laminado da ordenação de signos indexicais, em jogo nos processos de materialização discursiva. Assim, ideologias sexistas em torno do binarismo de gênero, da heterossexualidade como norma, subalternidade feminina, da posse do homem sobre o corpo da mulher, do apagamento da autonomia e da autodeterminação das mulheres em relação à sua sexualidade e às práticas reprodutivas, a infantilização ou a mitigação da responsabilidade de homens agressores em casos de violência de gênero, todos esses aspectos tomados como uma rede “simbólica” que permeia a sociedade ganha dimensão material nos trabalhos escalares em jogo na produção do discurso. A noção de materialização discursiva oferece um olhar crítico e mais complexo sobre o modo como as ideologias constituem reportagens jornalísticas, explorando a dinâmica macrossocial desse fenômeno e sua articulação com práticas discursivas situadas.

Dessa perspectiva, elementos que muitas vezes consideramos como radicalmente materiais, a exemplo do “corpo” e da “identidade” não são dimensões que simplesmente “existem” de forma autônoma, ou desimplicada da cultura, mas são, do ponto de vista cultural e das práticas discursivas, dimensões resultantes de processos sociais e semióticos de materialização. Assim, existe um processo de naturalização ou apagamento dessa dimensão fabricada dos elementos sociais, das normas culturais, das instituições e dos próprios textos. Essa naturalização, no que tange às ideologias baseadas em gênero, se materializa inclusive nos textos jornalísticos que narram casos de feminicídio, dando a ver que a violência de gênero não é uma dimensão autônoma da realidade, mas é o resultado complexo e interconectado de uma gama de ideologias.

É importante destacar que a concepção de discurso presente nesse argumento deriva do pensamento foucaultiano. Aqui, o discurso refere-se a um conjunto de "práticas que formam sistematicamente os objetos de que falamos" (Foucault, 2012, p. 60), indo além das

elaborações linguísticas em sentido estrito. Dessa forma, recursos linguísticos e semióticos constituem uma dimensão intrínseca à manifestação desse discurso, materializando sentidos normativos sobre gênero e sexualidade que transcendem as próprias interações, evidenciando os "complexos conjuntos de relações que existem entre as normas no 'macro-nível' social (heteronormatividade, binarismo de gênero, naturalização da violência contra a mulher) e as negociações mais locais dessas normas que ocorrem no 'nível micro'" (Hall; Levon; Milani, 2019, p. 484), neste caso, analisadas nas matérias do G1 que constituem o *corpus* desta pesquisa.

Dessa maneira, do ponto de vista das práticas discursivas, a materialização discursiva de ideologias sobre gênero sempre ocorre de maneira mediada. Isso significa que o poder envolvido nessas situações discursivas não está nos atores sociais de forma isolada ou nos conteúdos semânticos de itens linguísticos específicos (Silva, 2017), mas sim nos efeitos resultantes de seus modos de agência semiótica, intersubjetivamente negociados (Parish; Hall, no prelo).

É relevante ressaltar ainda que, apesar de serem teorizações distintas, a articulação entre as noções de materialização discursiva e escala, proposta anteriormente pelo trabalho de Silva (2020) e aqui retomada, aposta em uma leitura escalar da materialização justamente porque o discurso não se materializa nas práticas sociais de forma instantânea ou “misteriosa”, mas isso é resultado de um processo contínuo, a partir de certos empregos semióticos e das indexicalidades que ele projeta. No que tange aos objetivos deste trabalho, essa proposta nos parece bastante útil uma vez que nos permite interpretar o modo como diferentes padrões de expedientes discursivos atuam na materialização, e naturalização, de conteúdos ideológicos violentos sobre gênero na produção do discurso jornalístico em torno dos feminicídios.

3.2 O CONTINUUM DAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

Abordando uma perspectiva mais ampla, vale a pena ressaltar que entendemos a materialização discursiva da violência de gênero como parte de um “*continuum* das violências” (Silva, 2019), no qual as manifestações semióticas ou linguísticas dessa violência não apenas “representa” a violência contra mulheres, a qual acontece de outras formas, a exemplo da agressão física, psicológica ou mesmo do feminicídio. Desse ponto de vista, as dimensões semióticas e linguísticas da violência de gênero tanto se constituem como um tipo de violência específica, quanto participam da legitimação e a da aceitabilidade social dessas

formas de violência. A expressão “*continuum* da violência” refere-se a uma visão integrada que reconhece a interconexão e a continuidade entre diversas formas de violência, indo além da agressão física evidente. No contexto da violência de gênero, o *continuum* abrange desde manifestações linguísticas e emocionais até formas mais explícitas, como estupro, tortura e mutilação. Nesse sentido, a materialização discursiva da violência de gênero emerge como uma peça-chave desse *continuum*.

Dessa perspectiva, nenhuma dimensão da violência se trata apenas de um fenômeno isolado, mas de um componente de uma rede extensa de violência, com regiões mais ou menos visíveis, que contribui para a perpetuação de um ciclo de violência, tendo o feminicídio como a etapa final desse ciclo. Assim, ao analisarmos a materialização discursiva, percebemos não apenas a ocorrência explícita da violência, mas também buscamos desnaturalizar sua presença sutil nas práticas textuais dos domínios jornalísticos. Como já apontamos, os elos dessa conexão vão além das manifestações físicas óbvias e se estendem para abarcar formas de legitimação e de aceitabilidade social de diversas modalidades de violência. Como afirma Silva, ao falar da transfobia (2019):

(...) assumindo uma visão performativa da linguagem, que a toma não como representação da realidade, mas como forma de ação que produz a realidade e é por ela construída, é possível pensar que tais violências linguísticas de motivação transfóbica [e todas as formas de violência de gênero] são parte de um *continuum* de violências que encontra seu ápice em situações como o espancamento seguido do assassinato brutal da transexual cearense, realizando, desse modo, o destino anunciado de vidas precarizadas, entendidas socialmente como matáveis (Silva, 2019, p.25).

Argumentamos que o mesmo se aplica à violência de gênero em sentido amplo, uma vez que esse *continuum* segue sempre esse padrão de violência, caminhando para um desfecho trágico, sendo essa violência não apenas material, tendo também uma dimensão linguística. Os discursos que permeiam a sociedade desempenham um papel crucial nesse processo, moldando atitudes, normas e percepções que, por sua vez, influenciam a perpetuação da violência contra a mulher em suas diversas manifestações.

Dessa forma, o *continuum* das violências de gênero não apenas reflete a diversidade de formas como a violência pode se manifestar, mas também destaca a importância de abordar a materialização discursiva como um elemento-chave na desconstrução desse ciclo prejudicial, visando não só a erradicação das formas explícitas, mas também a transformação das estruturas sociais que sustentam a aceitabilidade ou a minimização das mais diferentes formas de violência contra as mulheres.

4 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

4.1 CONHECENDO A LINGUÍSTICA DE *CORPUS*

De acordo com Berber Sardinha (2000), a Linguística de *Corpus* dedica-se à coleta e exploração de *corpora*, que são conjuntos criteriosamente reunidos de dados linguísticos textuais, podendo ser definido, segundo Sanchez (1995) como:

“Um conjunto de dados lingüísticos (pertencentes ao uso oral ou escrito da língua, ou a ambos), sistematizados segundo determinados critérios, suficientemente extensos em amplitude e profundidade, de maneira que sejam representativos da totalidade do uso lingüístico ou de algum de seus âmbitos, dispostos de tal modo que possam ser processados por computador, com a finalidade de propiciar resultados vários e úteis para a descrição e análise” (Sanchez, 1995, p. 8-9).

Esses *corpora* têm o propósito de servir como base para pesquisas linguísticas em uma língua ou variedade linguística específica. A abordagem da Linguística de *Corpus*, assim, se concentra na exploração da linguagem por meio de evidências empíricas extraídas por meio de computadores. A seleção cuidadosa de textos no *corpus* é essencial para garantir a representatividade, permitindo que os resultados da análise sejam generalizados para a língua como um todo.

A concordância, que lista as ocorrências de uma palavra ou expressão contextualizadas, facilita uma análise mais profunda dos padrões de uso e significado. A análise da frequência de palavras ou padrões linguísticos no *corpus* é uma prática comum, fornecendo informações sobre tendências e regularidades na língua. A distribuição desses elementos ao longo dos textos adiciona uma camada de compreensão contextual. Atualmente, a Linguística de *Corpus* exerce considerável influência nos estudos linguísticos, abrangendo diversos aspectos da linguagem. Até mesmo empresas utilizam pesquisas fundamentadas em *corpora* para fins comerciais, como menciona Sinclair (1996, p. 18)

4.2 FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS NA LINGUÍSTICA DE *CORPUS*: O SOFTWARE ANTCOINC

A informática emerge como um agente fundamental no avanço das pesquisas ao longo dos anos, sendo indispensável para a existência da Linguística de *Corpus* contemporânea, como salientado por Sardinha (2009). Essa interseção entre tecnologia e linguística reconfigurou drasticamente a pesquisa em linguagem, proporcionando novas abordagens. Dito isso, vale

ressaltar que o linguista de *corpus* necessita de softwares computacionais para gerenciar o *corpora*. Entre as diversas ferramentas disponíveis para auxiliar nas pesquisas, destaca-se o Antconc.

Desenvolvido por Laurence Anthony, professor na Universidade de Waseda, localizada no Japão, o AntConc representa um concordanciador utilizado com o propósito de identificar e listar as ocorrências específicas de palavras ou frases em uma quantidade definida de contextos textuais. Além de sua função primária, os concordanciadores, de maneira geral, desempenham outras tarefas, como a listagem de palavras em um texto ou *corpus*, extração de palavras-chave e diversas análises linguísticas. Gratuito e compatível com os sistemas Windows, Mac OS X e Linux, o AntConc oferece ferramentas abrangentes para a análise de *word clusters*, *n-grams*, colocados, frequência de palavras e identificação de palavras-chave.

Ao explorarmos a funcionalidade de programas, é relevante abordar a perspectiva de Scott (1998, p. 12) sobre ferramentas computacionais, que destaca sua utilidade ao facilitar a execução de ações, tornando possível lidar com tarefas complexas de maneira mais eficiente. Essas ferramentas não apenas simplificam processos, mas também desempenham um papel crucial na remodelagem de conjuntos de dados, permitindo uma abordagem mais aprofundada na identificação de padrões e na compreensão das nuances presentes nos dados analisados.

4.2.1 LINGUÍSTICA DE *CORPUS* OU LINGUÍSTICA COM *CORPUS*?

É relevante destacar que existe uma distinção entre a Linguística de *Corpus* e a Linguística com *Corpus*; o presente trabalho fundamenta-se na segunda abordagem. A distinção entre as duas reside na abordagem teórica e metodológica adotada em relação aos dados linguísticos. Na linguística de *corpus*, o foco está nas análises puristas e teorizações a respeito dos dados linguísticos. Este campo visa estudar padrões, regularidades e características linguísticas quantificáveis presentes em grandes conjuntos de textos. Por outro lado, a linguística com *corpus* utiliza o *corpus* como uma ferramenta metodológica em pesquisas linguísticas mais amplas, muitas vezes de base discursiva. O *corpus* torna-se um instrumento facilitador para a análise, tanto com o propósito de expor um volume de dados que seria inviável sem a ajuda de ferramentas computacionais, quanto para embasar interpretações mais complexas sobre a produção de sentidos nesse conjunto amplo de dados. Aqui, o *corpus* é uma ferramenta que auxilia no desenvolvimento da pesquisa, indo além da

mera extração de dados puros ao permitir a interpretação contextualizada das práticas discursivas.

Em resumo, enquanto a linguística de *corpus*³ está mais centrada na análise quantitativa de dados linguísticos, a linguística com *corpus* adota uma abordagem mais qualitativa, utilizando o *corpus* como uma ferramenta para investigações mais complexas e interpretativas. Essa proposta, já bastante explorada nos estudos discursivos em diferentes campos (Courtine (2009) - investiga o discurso comunista dirigido aos cristãos; Underwood, Bamman e Lee (2018) - analisam uma coleção de 104 mil obras ficcionais de língua inglesa cobrindo o período que vai de 1703 a 2009), reflete uma busca constante por uma compreensão mais completa e integrada do fenômeno linguístico.

4.3 EXPLORAÇÃO METODOLÓGICA NA CONSTRUÇÃO DOS *CORPORA* LINGUÍSTICOS

Para a condução desta pesquisa, que se debruça sobre temáticas entrelaçadas como discurso, gênero, mídia, e relações de poder, tornou-se essencial encontrar uma área de estudo que valorizasse aspectos cruciais, incluindo a transdisciplinaridade e a proximidade entre a pesquisadora e o objeto de estudo. Essa escolha fundamenta-se na convicção de que, enquanto mulher, abordar essa pesquisa sem levar em consideração minha subjetividade, meu corpo e as diversas experiências que me moldam seria negligente. Assim, a Linguística Aplicada (LA) se revelou como o campo mais apropriado, atendendo aos critérios mencionados. Entretanto, é pertinente ressaltar que a orientação metodológica aqui adotada alinha-se a uma abordagem de Linguística Aplicada Indisciplinar (Moita Lopes, 2006).

Essa abordagem é indisciplinar no sentido de reconhecer a necessidade de não se confinar a uma disciplina específica, mas sim constituir-se como uma área híbrida e nômade, desafiando, sobretudo, paradigmas estabelecidos que se revelam obsoletos e necessitam ser desaprendidos (Fabrício, 2006) para compreender o mundo contemporâneo. Assim, faz-se necessário entender que "[...] fazer pesquisa é uma prática continuamente problematizadora

³ De acordo com Patrícia Galvão (2017, p. 21-23), o feminicídio manifesta-se em diversas formas, categorizadas de acordo com as relações entre vítima e agressor. Entre elas estão o feminicídio íntimo, quando a vítima possui ou teve relação íntima com o agressor; o não íntimo, que ocorre quando uma mulher é morta por um homem desconhecido; o infantil, quando a vítima tem menos de 14 anos; o familiar, que ocorre no âmbito de uma relação de parentesco; e o por conexão, quando uma mulher é morta no mesmo local onde outro homem tenta matar outra mulher. Além disso, existem razões envolvendo sequestro, tortura, misoginia, prostituição ou ocupações estigmatizadas, sexual sistêmico, tráfico de pessoas, contrabando de pessoas, transfobia, lesbofobia, racismo e mutilação genital feminina. Essas mortes não são eventos isolados, mas ocorrem em conexão com outros contextos, refletindo uma triste realidade de violência de gênero.

que 'forma os objetos dos quais fala' (Foucault, 1979, p. 49)”, conforme citam Moita Lopes e Fabrício (2019, p. 712).

Conforme afirmam Moita Lopes e Fabrício (2019, p.713), “[...] em vez de se pautar por distância crítica, ou seja, o apagamento do sujeito que pesquisa, uma LA crítica enfatiza a performance do/a pesquisador/a, entendendo que modos de agir são inseparáveis do ato de pesquisar.” Percebe-se, portanto, que a subjetividade do/a pesquisador/a e suas motivações são primordiais para a LA, dado que as escolhas e posturas que orientam um trabalho são extremamente políticas.

Portanto, alicerçado nas abordagens da Linguística Aplicada com *Corpus*, este projeto adota uma orientação metodológica que transcende os paradigmas positivistas, valorizando a participação do/a pesquisador/a na construção do conhecimento. Em sintonia com as propostas de Moita Lopes e Fabrício (2018), que ressaltam a inseparabilidade entre os modos de pesquisa e a performance do/a pesquisador/a, este projeto de pesquisa parte da hibridez metodológica como potência para a crítica da linguagem na vida social. Nesse sentido, a pesquisa aqui proposta pode ser entendida como qualitativa (Flick, 2009) e interpretativista segundo as perspectivas da Linguística Aplicada Indisciplinar (Moita Lopes, 1998; Moita Lopes; Fabrício, 2018).

Em termos práticos, a extração, seleção e organização de dados envolveu uma abordagem sistemática para reunir notícias sobre feminicídios, veiculadas no portal G1 no período de 2018 a 2023. A extração das notícias⁴ foi feita de forma automatizada, por meio do uso de Inteligência Artificial construída com a linguagem de programação Python⁵. O critério de busca adotado foi a palavra “feminicídio”. Ou seja, o recurso computacional localizou e extraiu todas as notícias veiculadas da página de notícias G1, entre os anos de 2018 a 2023, que contivessem no corpo do seu texto ao menos uma entrada da palavra “feminicídio”.

Esse critério foi escolhido devido à sua especificidade, direcionando a extração para conteúdos estritamente relacionados ao fenômeno. Durante a análise das notícias reportadas, observamos a presença de repetições e a identificação de algumas que não contemplavam o objetivo da pesquisa. Diante dessa constatação, realizamos uma filtragem, visando não comprometer o objetivo da pesquisa, essa filtragem consistiu na aplicação de dois critérios de exclusão: repetição e não pertinência da notícia em relação ao objeto de pesquisa. Essa

⁴ Palavras que têm a função de estabelecer relações entre segmentos do enunciado do texto: como artigos, pronomes, conjunções e preposições.

⁵ Palavras que contêm em si informações semânticas: como verbos, substantivos, adjetivos e advérbios.

escolha assegura a relevância e a pertinência das informações, aprimorando a qualidade e a eficácia dos resultados obtidos. Após a coleta automatizada e a observação da pertinência das matérias extraídas, obtivemos 12.199 notícias incluídas para o estudo. Elas foram salvas em formato de texto (.txt) para preservar a integridade dos dados originais.

Em seguida, empregamos a ferramenta AntConc para realizar a análise textual. O uso dessa ferramenta, justifica-se pelo alto volume de dados textuais extraído da mídia digital analisada, uma vez que o recorte temporal da pesquisa, bem como a frequência de casos de feminicídio, denota a recorrência de publicações de notícias sobre o tema no veículo de comunicação focalizado. Uma vez que a utilização do AntConc permite a identificação de tendências linguísticas, padrões de discurso e o contexto em que determinadas palavras foram empregadas, a análise proposta não se restringe apenas ao conteúdo superficial das notícias, mas se aprofunda na estrutura e no significado subjacente das narrativas jornalísticas sobre feminicídios.

A escolha dessa metodologia combinada de coleta automatizada e análise textual busca não apenas quantificar as ocorrências de matérias sobre feminicídios publicadas, mas compreender como a linguagem utilizada pelo veículo de mídia estudado constrói significados sociais sobre os eventos que parecem apenas “reportar”. Esses significados, materializados discursivamente em diferentes estruturas linguísticas, textuais e discursivas, atuam, potencialmente, na perpetuação de estereótipos e padrões prejudiciais associados à violência de gênero. Assim, após a utilização da ferramenta AntConc para a caracterização geral dos padrões textuais do material de pesquisa, procedemos à análise discursiva dos enunciados selecionados, dando atenção às categorias analíticas emergentes da base teórico-conceitual acionada. Assim, a interpretação das práticas discursivas em questão, será realizada de forma crítica, com especial atenção aos significados sociais mobilizados na construção das narrativas noticiosas sobre casos de feminicídio.

5 O QUE NOTÍCIAS SOBRE FEMINICÍDIO NOS DIZEM?: UMA JORNADA ANALÍTICA DO *CORPUS*

Como já mencionado anteriormente, a análise do *corpus* foi conduzida utilizando o software AntConc. Nesse processo, focalizamos nossas investigações em três ferramentas essenciais disponibilizadas por esse *software*: *collocate* (colocado), *frequency list* (lista de frequência) e *Keyword in context* (Palavra-chave no contexto/linhas de concordância). Na investigação, temos um *corpus* que é composto por 12.199 notícias, totalizando 5.284.942 palavras. A tabela abaixo oferece uma visão detalhada das notícias do G1 entre os anos de 2018 a 2023:

Quadro 1 - Quantidade de dados gerados por ano dentro do recorte temporal 2018-2023

ANO	NÚMERO DE NOTÍCIAS (<i>FILE</i>)	NÚMERO TOTAL DE <i>TOKENS</i> (PALAVRAS)	NÚMERO DE TIPOS DISTINTOS DE PALAVRAS (<i>TYPE</i>)
2018	1.568	625.039	24.769
2019	2.337	969.279	26.916
2020	2.070	926.167	27.311
2021	1.954	1.039.379	28.369
2022	2.308	913.473	26.345
2023	1.962	811.605	24.957

Fonte: Elaboração da autora

Para uma melhor compreensão dos dados apresentados, é crucial entender os termos fundamentais utilizados na análise: "*file*", "*token*" e "*type*".

- *File* (Arquivo): Representa cada notícia de feminicídio no G1. O número de "*files*" indica quantas notícias foram analisadas por ano.
- *Token*: Refere-se às unidades individuais de texto, como palavras ou partes delas, presentes nas notícias. O número total de "*tokens*" indica a quantidade de palavras que foram utilizadas para noticiar os fatos.

- *Type*: Representa as formas únicas de "*tokens*" no *corpus*. Ou seja, "*types*" indica quantas palavras, sem considerar as repetições, foram utilizadas nas notícias de cada ano.

Ao observarmos os dados que ilustram notícias que citam o termo “feminicídio” de 2018 a 2023, é importante destacar que no ano de 2023 foram exportadas notícias até o dia 20 de outubro, o que significa que o número mostrado na tabela não contempla o ano inteiro. Essa limitação pode justificar o fato de ter sido o ano em que menos tivemos "*files*" (notícias) na análise. Essas especificidades serão esclarecidas ao longo das análises.

A fim de iniciar uma caracterização mais geral das narrativas noticiosas analisadas neste trabalho, bem como interpretar os efeitos da materialização discursiva da violência de gênero na sua constituição, três tendências principais podem ser inferidas pela análise textual. São elas: o relativo apagamento do termo “feminicídio” em notícias que narram o assassinato de mulheres em razão de sua condição de gênero e os efeitos de silenciamento de vozes sociais feministas sobre a violência; a redução no volume de dados textuais em função da pandemia de Covid-19, no ano de 2021 e sua relação com o enfraquecimento das redes de proteção social destinadas às mulheres; o aumento progressivo do número de textos retornados por ano, o que, quando comparado com as estatísticas de feminicídio, aponta para o avanço desse tipo de violência de gênero.

Um dos padrões observados é que, embora o *corpus* seja constituído de notícias publicadas após a criação do “feminicídio” como uma qualificadora de homicídios, há matérias que não empregam o termo para se referir ao crime que narram. Esse fato, para além de “refletir” uma mera escolha linguística individual sem maiores consequências na vida social, atua como um tipo de deslegitimação desse índice que cumpre uma função muito importante nos debates sobre a violência contra a mulher.

Os efeitos da incorporação de termos da agenda feminista ou de uma legislação informada em termos de gênero tanto no debate público quanto nas políticas estatais já foi estudado anteriormente. Um exemplo disso, é o trabalho de Danilo Silva (2022) que, ao investigar a produção documental, legislativa e midiática do extinto Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e da então Ministra de Estado Damares Silva, conclui que o apagamento de certos índices do debate feminista eram politicamente refletidos e tinham efeitos igualmente políticos. Como ele destaca, o apagamento do termo “gênero” foi um dos mais salientes em suas análises.

(...) recusando os efeitos políticos da própria categoria “gênero”, sendo ela entendida como uma categoria crítica explicativa das razões sociais, culturais, econômicas e históricas que estão na base da produção desse tipo específico de violência estrutural. Embora tal fato se manifeste na recusa ideológica em nomear esse tipo de violência como “violência de gênero”, optando por predicções como “violência doméstica” ou “violência contra a mulher”, a domesticação do gênero performada pela campanha “Salve uma Mulher” tem nuances mais sutis e complexas (Silva, 2022, p. 246).

Ou seja, Damares usa esse apagamento do índice “gênero” como uma estratégia discursiva para restringir o sujeito das políticas públicas voltadas para “a mulher”, tomada como um sujeito universal - branco, cisgênero, heterossexual, cristão e de classe média. Nesse sentido, o emprego do termo “violência doméstica” em lugar da expressão “violência de gênero” funciona como uma recusa às causas estruturais e históricas desse tipo específico de violência, as quais são explicadas pela categoria “gênero”, índice que aponta para uma categoria política construída pelos feminismos a fim de dessencializar a posição de subalternidade destinada às mulheres. Assim, quando a mídia usa apenas termos como “violência doméstica” ou “violência contra a mulher”, em casos nos quais a mulher é assassinada, há o apagamento de uma discursividade feminista sobre a violência. Isso funciona como um tipo de invisibilização de uma voz social feminista que fala sobre as violências de gênero, isso porque tais processos de nomeação exercem um papel muito importante nos significados sociais que produzem.

Além disso, outra tendência emerge no *corpus*: apesar da progressão dos casos ao longo dos anos (o que sinaliza um problema social profundo que merece atenção), tivemos também uma diminuição da frequência de notícias sobre esses casos no ano de 2021. Dado o contexto político, social e de saúde pública que envolve o referido ano, essa diminuição não significa que houve uma redução da incidência dos crimes durante esse período. Acontece que as mulheres têm acesso a uma rede de proteção de direitos que é externa ao espaço doméstico, com a pandemia da covid-19 as mulheres ficaram mais restritas a esse espaço, então, tiveram menos acesso a essa rede de apoio. segundo o movimento feminista, o que houve foi uma diminuição da notificação devido à reclusão das mulheres ao espaço doméstico e a dificuldade de acesso à rede de proteção.

Apesar disso, não podemos ignorar a outra tendência alarmante que emerge no *corpus*: um aumento progressivo desses trágicos eventos ao longo do tempo, sinalizando um problema social profundo que merece atenção urgente. Esse aumento, expresso numericamente na tabela, vai além de meras estatísticas⁶, reflete a persistência de

⁶ “O Python é uma linguagem orientada a objetos utilizada em uma variedade de domínios, tanto para programas independentes como para aplicações de script. Ela é gratuita, portátil, poderosa e fácil de usar. Possui sintaxe

desigualdades de gênero e a falha contínua em extinguir efetivamente essa violência. A análise por ano, evidenciada pelos “files”, destaca a urgência de uma reflexão crítica sobre as políticas e estratégias implementadas para conter esse fenômeno. Nesse contexto, é importante não apenas reconhecer o aumento dos números, mas também entender as causas subjacentes, questionar as estruturas sociais que perpetuam a violência de gênero.

Antes de adentrarmos, de fato, em análises mais profundas, é importante destacar que durante esse processo, nosso intuito é entender como as ideologias sobre violência de gênero estão sendo materializadas no discurso, ou seja, como funcionamentos linguísticos indexam (ou apontam para) essas ideologias. Essa escolha justifica-se porque as narrativas jornalísticas, que são formas de materialização discursiva da violência de gênero, são processos formais que potencialmente apontam para certas ideologias sobre gênero, como: papéis de gênero, culpabilização da vítima, legitimação do agressor, entre outros.

5.1 EXPLORANDO A LISTA DE FREQUÊNCIA DAS PALAVRAS DO *CORPUS*

Em consonância com a perspicaz observação de Baker (2006), que ressalta a capacidade transformadora dos dados de frequência quando empregados no contexto de um *corpus* específico, evidencia-se a essência de explorar a lista de frequência no âmbito da presente análise. Ao mergulharmos na riqueza dos dados de frequência, adentramos uma jornada reveladora que vai além da mera contagem de palavras. Como destaca Baker, essa abordagem proporciona a construção de um perfil sociológico das palavras e expressões, facultando uma compreensão mais aprofundada de como tais termos são entrelaçados em contextos específicos.

Por isso, através do AntConc, elaboramos uma lista de frequência, trazendo de forma decrescente as palavras mais recorrentes no *corpus*. Levando em consideração o tamanho do *corpus* trabalhado, naturalmente obtivemos uma grande lista de palavras que abundou também as palavras gramaticais⁷, porém, levamos em consideração apenas as palavras

mais simplificada e próxima da linguagem humana, utilizada nas mais diversas aplicações, como desktop, web, servidores e ciência de dados, oferecendo recursos como tipagem dinâmica e forte, orientação a objetos, multiparadigmas” (Lutz, 2007, p. 31).

⁷ Aqui, expresso meus sinceros agradecimentos ao coordenador do curso de Sistemas de Informação do Campus Arapiraca, professor Anderson Felinto, pela valiosa colaboração durante essa etapa da pesquisa.

nominais⁸. Feito isso, selecionamos as 10 palavras mais tematicamente relevantes no que diz respeito às questões de gênero, que estão apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 2: Palavras mais frequentes do *corpus*

TERMOS	FREQUÊNCIA
Polícia	16.139
Mulher	14.801
Anos	14.643
Crime	13.210
Vítima	12.367
Feminicídio	10.938
Suspeito	10.742
Ex	8.606
Homem	8.034
Preso	7.747

Fonte: Elaboração da autora

Partindo da premissa de que “nenhum termo é neutro. A escolha de palavras expressa uma posição ideológica” (Stubbs, 1996, p.107 apud Baker, 2006, p. 47), podemos afirmar que cada termo aponta, intrinsecamente, uma posição ideológica. Nesse contexto, a análise da lista de frequência torna-se um instrumento poderoso para discernir não apenas a recorrência de palavras, mas também as inclinações e perspectivas ideológicas embutidas nas notícias de feminicídio.

Como já mencionado, a presença ou ausência de termos no discurso não se limitam a simples representações, mas elucidam como determinados agentes são destacados ou negligenciados na narrativa. Nesse caso, o fato do termo "polícia" ser o mais frequente em

⁸ No Brasil, a Lingüística de Corpus ainda é incipiente, mais comum em centros voltados ao Processamento de Linguagem Natural, Lexicografia e à Lingüística Computacional (vide Berber Sardinha, 1999). No entanto, ela não deixa de ser uma grande influência na pesquisa linguística, em vários centros. Na Grã-Bretanha, um dos centros mais desenvolvidos, várias universidades (Birmingham, Brighton, Lancaster, Liverpool, Londres, etc.) dedicam-se à pesquisa baseada em corpus para a descrição dos mais variados aspectos da linguagem. A pesquisa em instituições britânicas tem possibilitado tanto a teorização quanto a criação de corpora e de materiais de apoio em diversas áreas. Igualmente, nos países escandinavos (Noruega, Suécia e Dinamarca) existem centros estabelecidos dedicados à Lingüística de Corpus com um papel atuante há vários anos. (Sardinha, 2000, p. 3)

um *corpus* que trata de notícias sobre a violência de gênero, indexa para uma hipervisibilização da instituição policial e de sua agência nas histórias de feminicídio narradas. Essa ênfase da narrativa jornalística solidifica uma ideologia punitivista, sugerindo que a atuação policial é uma solução completa. No entanto, essa crença traz consigo implicações problemáticas, uma vez que qualquer abordagem que provenha do aparato penal do Estado perpetua o racismo inerente a esse sistema, resultando em justiça seletiva. De acordo com Ruth Stein Silva e Paulo Giovanni Moreira da Cunha (2020):

“O punitivismo penal deriva de uma vontade da sociedade, motivada pela insegurança e pelo medo, de que os criminosos sofram punições extremamente severas, com um ideal de que essa punição exagerada servirá de exemplo para que tais crimes não sejam mais cometidos. E, por essa pessoa ter violado as normas sociais e/ou formais e ter afetado negativamente outros indivíduos, ele mereça uma punição para que ele nunca mais aja de determinada maneira. É a retomada de antigos preceitos sociais, na qual as pessoas que cometiam atos criminoso ou ilícitos deveriam ser punidos e sofrer na intensidade semelhante ao sofrimento a quem causou, sem olhar os motivos e o contexto que levaram a esse ato (Silva; Cunha, 2020. p.8).

Nesse sentido, os autores argumentam também que a expressão máxima do punitivismo no país se reflete nas frases “Bandido bom é bandido morto” e “Direitos humanos para humanos direitos”, adotadas como slogans por partidos políticos e indivíduos que se autodenominam defensores da justiça e guardiães da paz, moral e ordem social (Silva; Cunha, 2020),

Esses fatos nos levam a uma reflexão a respeito de uma seletividade penal que levanta questionamentos sobre a aplicação imparcial dos direitos. Essa problemática é evidenciada pela injusta tendência de punir de forma desproporcional a comunidade negra, a preconceitos enraizados, por isso os negros são mais frequentemente alvos de investigações, detenções e condenações. Com base nisso, Angela Davis (2018) afirma:

A prisão funciona (...) ideologicamente como um local abstrato em que os indesejáveis são depositados, aliviando-nos da responsabilidade de pensar sobre as verdadeiras questões que afligem as comunidades de onde os presos são tirados em números tão desproporcionais. Este é o trabalho ideológico que a prisão realiza – nos livra da responsabilidade de nos engajarmos seriamente nos problemas da nossa sociedade, especialmente os produzidos pelo racismo e, cada vez mais, pelo capitalismo global (DAVIS, 2018, p. 16-17).

A relação de solidariedade entre a mídia e a questão policial reforça essas ideologias punitivistas para tratar a violência de gênero. Isso também aponta para uma forma de

minimizar as causas sociais subjacentes ao feminicídio, isso porque nessas noções há o risco de desconsiderar as complexidades sociais, culturais e estruturais que alimentam a violência de gênero.

Essa problemática se estende à reprodução de visões que sugerem uma falsa sensação de proteção para as mulheres quando a polícia está envolvida, enquanto, contraditoriamente, a maioria dos casos de feminicídio narrados nos dados que compõe o corpus desta pesquisa envolve vítimas que já possuem medidas protetivas, como mostram os dados:

Figura 1: linhas de concordância para o colocado “protetiva”

a vítima tinha uma medida	protetiva	contra o ex-marido,
do Paraná, tinha uma medida	protetiva	contra o ex-namorado,
de Cuiabá. Ela tinha medida	protetiva	contra o ex-marido,
da Costa tinha uma medida	protetiva	contra o ex-namorado
decidir entrar com uma medida	protetiva	contra o ex-marido,
depois. A vítima tinha medida	protetiva	contra o ex-marido,
Paineiras. A mulher tinha medida	protetiva	contra o ex-companheiro,
Polícia Civil, Patricia tinha medida	protetiva	contra o ex-companheiro.
ocorrência e pediu uma medida	protetiva	contra o ex-marido,
da mulher, que tinha medida	protetiva	contra o ex-companheiro.

Fonte: elaboração da autora através do software *AntConc*

Podemos então concluir que a presença policial, muitas vezes não se traduz em segurança efetiva para as mulheres em situação de risco. Ao contrário, ressalta a necessidade crítica de reavaliar e aprimorar as abordagens de proteção, reconhecendo as limitações atuais e trabalhando para soluções mais abrangentes e eficazes.

Dando prosseguimento à análise, percebemos também uma grande recorrência do termo “anos”, ao acessar as linhas de concordância, foi constatado que a palavra foi usada para referir-se à idade da vítima e do criminoso. Ainda que haja uma aparente tendência de regularidade nessa prática quando se trata de textos jornalísticos do noticiário policial, há que se pensar nos potenciais efeitos dela no caso específico do feminicídio e nos estereótipos de gênero na sua relação com a idade. Aqui, surge a necessidade da cautela midiática com a forma de veicular essa informação associada ao feminicídio, uma vez que há a possibilidade

de estigmatização e potencial julgamento baseado em preconceitos relacionados à faixa etária.

Quando os veículos de comunicação enfatizam a idade da vítima, existe o risco de que a sociedade interprete erroneamente a situação, associando características inapropriadas ou estereótipos negativos à vítima com base na sua idade. Por exemplo, se a ela for jovem, pode ocorrer a tendência de simplificar a narrativa, atribuindo uma suposta inexperiência ou imprudência, o que poderia culminar na culpabilização da própria vítima. Essa abordagem, por vezes, perpetua ideias equivocadas sobre o que constitui um comportamento "aceitável" ou "responsável" para pessoas de determinadas faixas etárias. O problema maior é que essa divulgação na idade também pode atribuir interpretações a respeito da idade do criminoso, nesse caso, a situação muda de figura, porque sua faixa etária é interpretada como a de alguém irresponsável, ele não assume o papel de culpado (como no caso da mulher), mas sim o de vítima.

A desresponsabilização implícita na ideia de que a falta de maturidade isenta o autor de plena responsabilidade pode impactar negativamente a percepção pública sobre a seriedade do crime e as necessidades de justiça. Portanto, a divulgação da idade da vítima, se não feita com cautela, pode contribuir para um ambiente de culpabilização e estigmatização, comprometendo a integridade da cobertura jornalística e impactando negativamente a percepção pública sobre a vítima e o crime em si.

5.2 O APAGAMENTO DA RESPONSABILIDADE MASCULINA NOS CRIMES

Outra problemática encontrada na tabela das frequências é a predominância dos termos “mulher” e “vítima” em relação aos termos "suspeito", "ex" e "homem". Essa disparidade pode resultar em um apagamento da responsabilidade do perpetrador, limitando a compreensão pública sobre as motivações por trás do feminicídio, uma vez que os termos “mulher” e “vítima” podem ser usados na notícia para narrar as possíveis ações da mulher que resultam nos crimes, como trazido nos dados:

Figura 2: linhas de concordância para o colocado “porque a mulher”

Ele confessou novamente e alegou que matou	porque a mulher	queria viver com outra
pelo marido. Antes do crime eles discutiram	porque a mulher	queria a separação do
lote – onde houve o crime – e discutiram "	porque a mulher	teria dormido com um
a Polícia Civil, que cometeu o crime	porque a mulher	teria um amante. Nesta
vítima, o homem teria parado de atirar	porque a mulher	colocou a criança entre
ainda, que a briga do casal começou	porque a mulher	descobriu uma traição do
três executores, o motivo do crime foi	porque a mulher	do Lucas tinha informações
a Polícia Civil, suspeito disse que agiu	porque a mulher	gritou com ele durante
depoimento, o lavrador disse que ficou irritado	porque a mulher	havia gritado com ele.
pendente e isso gera inconformismo no homem,	porque a mulher	independente não aceita abuso,

Fonte: Elaboração da autora através do software *AntConc*.

Assim, essa construção linguística muitas vezes se revela como uma estratégia inadequada de justificar o crime e, inadvertidamente, culpabilizar a vítima. Ao introduzir justificativas baseadas nas ações ou comportamentos da mulher, a mídia sugere que o crime pode ser compreendido ou até mesmo justificado em função do que a vítima tenha feito. Essa abordagem reforça estereótipos prejudiciais, desviando o foco do agressor e, sugerindo, nas entrelinhas, que a violência é aceitável em determinadas circunstâncias, tal fato é moralmente inaceitável e perpetua uma cultura que tolera a violência de gênero. Portanto, uma abordagem contextualizada não apenas evita distorções, mas também fortalece a base para estratégias mais eficazes na prevenção e enfrentamento dessa violência.

A relevância de observar a lista de frequência reside na sua capacidade singular de capturar nuances e padrões na linguagem utilizada na cobertura de feminicídios. Essa análise não é apenas um exercício estatístico; é um meio de desvendar os matizes ideológicos subjacentes à escolha lexical na narrativa jornalística. Assim, ao explorar a lista de frequência, não apenas contamos palavras, mas desvelamos camadas mais profundas de significado e perspectivas subjacentes, contribuindo para uma análise crítica e informada das escolhas linguísticas de eventos tão sensíveis e complexos.

5.3 A ANÁLISE DE COLOCADOS E LINHAS DE CONCORDÂNCIA NAS NARRATIVAS DE FEMINICÍDIO

Continuando o percurso da análise linguística, temos mais duas ferramentas de exploração particularmente poderosas: colocados e linhas de concordância. Elas também fazem parte do software AntConc, podendo ser vistas como estratégias que enriquecem substancialmente nossa compreensão do discurso jornalístico.

Segundo Baker (2006), a abordagem dos colocados oferece uma perspectiva aprofundada, complementando a análise de listas de frequência e linhas de concordância. Colocados referem-se à disposição e associação de palavras, proporcionando uma compreensão mais refinada dos significados e das relações entre termos, especialmente quando a análise se expande além de um único texto. Nas palavras do próprio Baker, a análise de colocados emerge como uma via fundamental para desvendar nuances e associações linguísticas que poderiam escapar a uma investigação mais limitada. Desta forma, explorar os colocados constitui uma estratégia crucial para desvendar os matizes semânticos e as complexas interconexões entre palavras no nosso *corpus* de notícias de feminicídio.

Além disso, a compreensão do nosso *corpus* se beneficia também do conceito de "linhas de concordância". Como ressaltado por Baker (2006), as linhas de concordância representam uma ferramenta essencial na investigação linguística, permitindo-nos examinar o contexto em que determinadas palavras ocorrem. Essa abordagem, ao apresentar o uso específico de uma palavra em diferentes contextos, proporciona compreensões cruciais sobre seus significados variados e as associações que ela pode ter. Dessa forma, as linhas de concordância expandem nosso olhar para além da simples frequência de palavras, oferecendo uma visão mais abrangente das nuances semânticas presentes nas notícias de feminicídio. Ao integrar a análise de linhas de concordância com a exploração de colocados, construímos uma metodologia robusta para desvelar os padrões linguísticos e a materialização discursiva que permeiam o nosso *corpus* jornalístico.

Para manusear o *corpus* através dos colocados, é necessário adotar uma estratégia na seleção das palavras que serão utilizadas; a escolha no presente estudo foi alinhada aos objetivos da pesquisa. As palavras-chave selecionadas, não apenas refletem a relevância temática, mas também funcionam como lentes analíticas, direcionando a atenção para aspectos específicos do discurso jornalístico, garantindo uma abordagem consistente e contextualizada. Para isso, selecionamos os termos:

Termo pesquisado	Colocados
Mulher* ⁹	Contra; atendimento; morta; delegacia; matar; assassinada; ex; vítimas; condição, facadas; namorada; doméstica; crime; esfaqueada, negras, razões; jovem; companheira; esposa; socorrida; encontrada; levada; atingida; corpo; tiros; golpes; agredida; mantida; cárcere; baleada; companheiro; vizinhos.
Vítima	Dificultou; identificada; defesa; companheiro; mulheres; impossibilitou; familiares; namorado; marido; irmã; família; relacionamento; filho; casa; mãe; atingida; crimes; prisão; celular; amiga; amoroso; segurança; golpes; caída.

Fonte: Elaboração da autora.

5.4 LINHAS DE CONCORDÂNCIA, A AUTORIA DOS FEMINICÍDIOS E A PROBLEMÁTICA DA VOZ PASSIVA

Os colocados das palavras selecionadas (mulher e vítima) oferecem insights para serem aprofundados nas linhas de concordância. Como já mencionado, nenhum uso linguístico é neutro, então, através das pistas fornecidas pelos colocados, adentramos mais afundo nas análises. O primeiro ponto a ser observado é que a maioria das palavras que se referem à vítima, está na voz passiva, que é uma construção sintática que reorganiza a estrutura da frase, movendo o paciente para a posição de sujeito. Um exemplo ilustrativo é a transformação da voz ativa para a passiva no contexto do feminicídio, como descrito a seguir. Ao dizermos:

□ "Jonas matou Carol".

Nesse caso, Jonas é o sujeito (agente) e Carol, o objeto direto (paciente).

Na voz passiva, essa construção é alterada para:

⁹ No AntConc, ao utilizar o asterisco (*) como parte de um *collocate*, estamos instruindo o programa a considerar qualquer palavra ou caractere nesse lugar específico. Nesse caso, usamos o colocado "mulher*" (com asterisco), assim, instruímos o *software* a considerar qualquer palavra que tivesse "mulher" como prefixo, por isso, ele acessou notícias que citassem "mulheres", "mulheril", "mulherão"..., permitindo uma análise mais abrangente.

□ “Carol foi morta por Jonas.”

Desse modo, Carol passa a ser sujeito/paciente, enquanto Jonas torna-se o agente da passiva. Portanto, observamos que o agente da ação, Jonas, é ocultado, transferindo o foco e a ênfase para Carol.

No entanto, é crucial destacar que, na prática, o uso da voz passiva na cobertura de feminicídios pela imprensa muitas vezes vai além da mera inversão sintática. O agente da ação é deliberadamente ocultado, e a mulher, vítima da violência, assume a posição de sujeito na narrativa. Essa escolha linguística, além de refletir uma questão pragmática, busca, de certa forma, ocultar responsabilidades, aguardando o desenrolar legal do caso para identificar claramente o agente do crime. Ao abordar crimes como o feminicídio, a imprensa frequentemente opta por títulos na voz passiva, alegando questões legais e a preservação dos direitos. Mesmo que as evidências apontem para um possível culpado, a espera pelo desenrolar legal muitas vezes justifica a ausência do agente na narrativa.

As linhas de concordância reforçam esse argumento, visto que ao pesquisarmos os colocados “mulher” e “vítima” acompanhados do termo “foi”, os resultados confirmam o uso da voz passiva, assim como visto na tabela anterior.

Figura 3: linhas de concordância do colocado “mulher foi”

Uma	mulher foi	morta a tiro no bairro São Francisco, em
Uma	mulher foi	morta a tiros no momento em que chegava
Uma, em 1 PR, nesta quinta-feira (2).	mulher foi	morta a tiros quando chegava em casa, em
Uma	mulher foi	morta a golpes de facão dentro de um
Uma	mulher foi	morta a tiros pelo ex-marido dentro de
Uma	mulher foi	morta a facadas, nesta terça-feira (1°), no Setor
Uma	mulher foi	morta a golpe de marreta e tiros na
Uma	mulher foi	morta a facadas dentro da casa do namorado,
(22) no Rio Grande do Norte. Uma	mulher foi	morta a tiros pelo namorado durante a na
Uma	mulher foi	morta a facadas na noite de quarta-feira (20),

Fonte: Elaboração da autora através do software AntConc

Figura 4: linhas de concordância do colocado “mulher foi”

ndo a Secretaria de Estado da Segurança Pública. A	mulher foi	atingida por vários golpes de faca na madrugada
a Guarda Municipal na noite deste domingo (29). A	mulher foi	atingida por golpes de faca, chegou a ser
rido chegou de carro, desceu e começou a atirar. A	mulher foi	atingida por dois tiros. Ela chegou a ser
dela, de 40 anos, que foi detido. Segundo a PM, a	mulher foi	atingida por cerca de 30 facadas, na região do
a filha deles de 4 anos e tentou matá-la. A	mulher foi	atingida por golpes de faca, socos e ainda
que o homem não atirasse, mas não foi atendida. A	mulher foi	atingida por pelo menos dois tiros. Em seguida
: Isabele, que escutaram barulho de tiros na casa. A	mulher foi	atingida por dois tiros na face e um
ele tentou defendê-la do pai. Segundo a perícia, a	mulher foi	atingida por cinco disparos no tórax e o
: Isabele, que escutaram barulho de tiros na casa. A	mulher foi	atingida por dois tiros na face e um
municipal Júnior Brito, que atendeu a ocorrência, a	mulher foi	atingida por três disparos, um deles atingiu o

Fonte: Elaboração da autora através do software AntConc.

Figura 5: linhas de concordância do colocado “mulher foi”

Uma	mulher foi	assassinada a tiros pelo ex-marido após ele
Uma	mulher foi	assassinada a tiros, no fim da tarde desta
Uma	mulher foi	assassinada a facadas pelo marido no município de
Uma	mulher foi	assassinada a facadas pelo ex-companheiro, na saída
Uma	mulher foi	assassinada a tiros na tarde deste sábado (20) em
Uma	mulher foi	assassinada a facadas pelo ex-companheiro, em Lagoa
Uma	mulher foi	assassinada a tiros pelo companheiro na madrugada desta
Uma	mulher foi	assassinada a tiros na porta de casa, na
Uma	mulher foi	assassinada a tiros, na madrugada desta quarta-feira (30),
. Outra	mulher foi	assassinada a facadas no início da noite deste

Fonte: Elaboração da autora através do software AntConc.

Figura 6: linhas de concordância do colocado “mulher foi”

Uma	mulher foi	esfaqueada em Itabuna, no sul da Bahia, enquanto
peessoas são assassinadas em menos de quatro horas no DF;	Mulher foi	esfaqueada em Taguatinga, na noite de quinta (4).
Uma	mulher foi	esfaqueada no pescoço pelo companheiro, durant
pela polícia. De acordo com o Corpo de Bombeiros, a	mulher foi	esfaqueada no braço pelo suspeito e foi localizada
nicídio foram registrados em Alagoas. Na quinta-feira (21) uma	mulher foi	esfaqueada no Antares, em Arapiraca uma mulher
fez nada porque ela estava com seu atual companheiro. A	mulher foi	esfaqueada no pescoço com uma faca de cozinha
protestaram neste domingo, em frente ao apartamento onde a	mulher foi	esfaqueada no início de junho. Eles cobram celeric
animais no pasto da propriedade. Os dois discutiram e a	mulher foi	esfaqueada várias vezes no pescoço. Ela morreu no
vítima. As investigações apontam que durante a madrugada a	mulher foi	esfaqueada várias vezes até cair sobre uma cama.
em Rio Largo, AL, é autuado por tentativa de feminicídio;	Mulher foi	esfaqueada várias vezes na cabeça. Menino de 10 a

Fonte: Elaboração da autora através do software *AntConc*.

Figura 7: linhas de concordância do colocado “mulher foi”

. O suspeito não foi preso. Uma	mulher foi baleada	na cabeça na noite do último domingo (9),
Uma	mulher foi baleada	na madrugada desta quarta-feira (23) em um
do suspeito em 27 de agosto. A	mulher foi baleada	na cabeça. O crime ocorreu em um
ilo. Segundo as investigações, a	mulher foi baleada	no rosto e no pescoço, mas sobreviveu.
Uma	mulher foi baleada	no abdômen no abdômen na madrugada deste
Uma	mulher foi baleada	no abdômen dentro de casa, na cidade
Uma	mulher foi baleada	pelo ex-companheiro na madrugada de segunda-
Uma	mulher foi baleada	pelo ex-companheiro, na tarde desta quarta-
Uma	mulher foi baleada	pelo ex-companheiro na manhã desta quinta-
segurança registraram quando	mulher foi baleada	ao entrar em um carro de transporte

Fonte: Elaboração da autora através do software *AntConc*.

Nesses casos de feminicídio, a mulher não apenas é apresentada como sujeito da violência que a vitimou, mas também é responsabilizada ou corresponsabilizada por seu próprio assassinato. Geralmente, o agente da ação, o feminicida, só é revelado no título se não houver uma “justificativa” aceitável para o crime ou se ele for uma figura pública. Essa dinâmica evidencia nuances linguísticas e narrativas presentes também no nosso *corpus*

linguístico, uma vez que entre os colocados de “mulher” e “vítima” estão os termos: morta, atingida, assassinada, esfaqueada, e baleada, como ilustrado nas figuras 3, 4, 5, 6 e 7..

5.5 A ESPETACULARIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E A REVITIMIZAÇÃO DA MULHER

Considerando que estamos abordando notícias veiculadas de forma *on-line*, é crucial ter em mente que, inicialmente, essas informações não são apresentadas em sua totalidade. O que temos de início é uma breve síntese, geralmente na forma de manchetes, acompanhada de um link para acessar a notícia completa. Para atrair a atenção e incentivar o clique nesse link, a mídia muitas vezes recorre a termos sensacionalistas. Outra estratégia é despertar a curiosidade do leitor, deixando subentendida uma ambiguidade em relação ao crime. Para isso, boa parte das notícias segue um padrão, usando “é (foi)” junto com o verbo “encontrar” no participio, na maioria das vezes precedido por mulher ou vítima, ou seja: “mulher foi encontrada”, “vítima foi encontrada”. O que aparece depois dessa expressão, na maioria das vezes é a palavra “morta”, portanto, “vítima foi encontrada morta”:

Figura 8: linhas de concordância do colocado “mulher foi encontrada”

como Jessimara Cristian Marques Pacheco, de 25 anos,	foi encontrada morta	na noite de sexta-
acordo com a Polícia Civil. A jovem	foi encontrada morta	na segunda-feira (20) com
homem supostamente descobrir uma traição. A jovem	foi encontrada morta	na manhã de domingo (9)
Larissa Francisco Maciel, de 23 anos. A jovem	foi encontrada morta	na segunda-feira (6), no
que estava desaparecida há mais de 20 dias	foi encontrada morta	na represa de Nazaré
Olga Aparecida dos Santos, que tinha 51 anos,	foi encontrada morta	na garagem de um
comparecido ao trabalho. Na sequência, a mulher	foi encontrada morta	na casa. Veja mais
da bailarina Maria Glória Poltronieri Borges, que	foi encontrada morta	na área rural de
de Guarapuava (PIG). A advogada Tatiane Spitzner	foi encontrada morta	na madrugada do dia 22

Fonte: Elaboração da autora através do software *AntConc*

Aqui, podemos utilizar a mesma interpretação feita por Oliveira e Rodrigues (2023) ao analisar a manchete de uma notícia que também começa com “mulher é encontrada morta”:

Ao lermos a chamada, que é o único texto que aparece no compartilhamento do link, podemos pensar, imediatamente: Suicídio? Acidente? Ela escorregou no banheiro e bateu a cabeça? Assassinato? Mas se foi assassinato, quem a matou? O uso da voz passiva fornece à história uma característica de suspense, estimula várias especulações. Pode ter sido suicídio, acidente ou mesmo assassinato. Mas não se sabe quem foi o autor e/ou motivo, afinal ela foi encontrada morta. Entretanto, ao clicarmos no link, nos deparamos com essa chamada usada como título da matéria e com uma linha fina que informa que o corpo tinha sinais de violência e que o ex-namorado tinha admitido o feminicídio. Não há mistério. Ela não morreu de “morte morrida”, como sugeriu o título da matéria. Ela foi assassinada, foi “morte matada”. O veículo sabia disso desde o início (Oliveira e Rodrigues, 2023, p. 39).

Uma parcela considerável dos títulos acaba por minimizar a responsabilidade do homem, sugerindo, em diversos casos, que os eventos foram acidentais em vez de crimes (ou até mesmo como se fossem eventos autônomos, desprovidos de um agente). Essa situação é no mínimo problemática, especialmente considerando que há leitores que se limitam a ler apenas os títulos.

Além disso, a expressão sugere uma passividade da vítima, como se tivesse sido meramente “encontrada”, novamente omitindo a ação do agressor. Assim, a expressão pode contribuir para uma narrativa que despersonaliza a mulher, reduzindo-a a um objeto passivo da tragédia. Essa desumanização pode perpetuar estereótipos de gênero e não reconhecer adequadamente a dimensão da violência sofrida pela vítima.

Seguindo com a análise, encontramos uma outra estratégia utilizada pela mídia: o uso de uma caracterização cruel relacionada ao crime. Dessa vez, ela aparece depois da expressão “foi encontrada”, mostrando que apesar de grande parte das notícias trazerem o termo “morte” para completar a expressão, também temos espaço para o uso recorrente de expressões cruéis que chocam e caracterizam negativamente o corpo da vítima, segundo Freitas (2023):

Embora os textos revelem os nomes das vítimas, individualizando-as, o uso do termo genérico “mulher” ou “corpo de mulher”, como se destaca nas manchetes, tem um efeito de chamar a atenção para os perigos a que, genericamente, qualquer mulher está exposta (Freitas, 2023, p. 176).

Para reforçar esse argumento, selecionamos alguns fragmentos do *corpus* que contemplam essa informação:

Quadro 4: Recortes das notícias

Fragmento	Data
(...) a jovem de 19 anos que <i>foi encontrada caída na calçada com ferimentos de faca no pescoço</i> no centro da cidade. (...)	(G1, 06/09/2019)
(...) A mulher, de 28 anos, <i>foi encontrada desacordada com a cabeça coberta de sangue.</i> (...)	(G1, 13/08/2023)
(...) A moça, de acordo com a Polícia Militar, <i>foi encontrada deitada com as costas no chão e cercada por sangue</i> , com uma faca próxima à região da cintura. (...)	(G1, 19/05/2022)
(...) Vanessa Rodrigues, de 31 anos, <i>foi encontrada queimada dentro de um saco de lixo</i> em Novo Planalto (...)	(G1, 27/08/2021)
(...) A vítima conseguiu pedir socorro e <i>foi encontrada sentada na calçada, ensanguentada, e com corte no rosto e atrás da cabeça.</i> (...)	(G1, 27/06/2019)
(...) o corpo <i>foi encontrado em um valão com sinais de golpes de faca e esquartejamento.</i> (...)	(G1, 07/11/2020)
(...) O corpo dela <i>foi encontrado</i> na tarde de domingo (7), <i>com um tiro na testa.</i> (...)	(G1, 10/08/2022)

Fonte: elaboração da autora

Além disso, temos as linhas de concordância reforçando a presença desses elementos no *corpus*:

Figura 9: linhas de concordância do colocado “corpo é encontrado”

corpo é encontrado	em Passira;Vanda Maria, de 35 anos, morava
Corpo é encontrado	dentro de mala em Florianópolis Cinco anos
Corpo é encontrado	dentro de mala em Engenheiro Navarro; um
Corpo é encontrado	amordaçado e com pés e mãos amarrados
Corpo é encontrado	boiando no Guaíba em Porto Alegre;Homem
Corpo é encontrado	carbonizado em canteiro na 302 Sul, em Brasília;
corpo é encontrado	enterrado em Itabirinha;"Dois homens foram pre
corpo é encontrado	pelo filho de 6 anos;Casal estava junto
corpo é encontrado	por filho de 10 anos no ES;Crime
corpo é encontrado,	a ocorrência é registrada como feminicídio. Ao

Fonte: elaboração da autora através do software AntConc

A infeliz escolha de abordar as notícias dessa maneira, traz consigo o risco de que a ênfase na condição da vítima, em vez da ação do agressor. Aqui, temos a noção de violência associada a um espetáculo, e isso não é um fato inédito. Foucault (1987) ressalta que o fato de expor corpos mutilados em praça pública é uma forma de expressar controle social. Com isso, as execuções de pessoas eram vistas como algo espetacular, atraindo o público local. De acordo com Debord (2003), o processo capitalista não apenas transformou o espetáculo, mas o elevou à condição de espetacularização, portanto, o termo nasce dessa ideia.

A disseminação da violência pela imprensa, inicialmente por meios impressos e depois ampliada pela mídia televisiva e o advento da internet, desvinculou o espetáculo das praças públicas, extrapolando fronteiras físicas e assumindo proporções muito maiores, tratando-o como uma mercadoria. Este fenômeno, conforme Debord (2003), deve ser compreendido como a espetacularização da violência. Ou seja, essa ideia de espetacularização, que antes era praticada em praça pública, no contexto da violência de gênero é produzida através das narrativas, explorando aspectos chocantes e descrevendo exacerbadamente as condições físicas das vítimas.

Como consequência disso, temos o surgimento de um novo fenômeno: a revitimização. De acordo com Michele Laila Oliveira dos Santos e Cinthya Silva Santos (2023), o termo “revitimização” remete à ideia de violência secundária, que implica a compreensão de que diante de uma primeira violência sofrida, a vítima acaba sofrendo outra violência ou violência continuada, momento quando revive o crime sofrido diversas vezes, mesmo que cessada a agressão original.

Dessa forma, a espetacularização da violência produz efeitos de revitimização nos casos de feminicídio, produzindo, além da morte física, uma morte simbólica causada por meio da linguagem. Isso também perpetua estereótipos que resultam na culpabilização da mulher, podendo levar a interpretações que questionam o comportamento ou a situação da vítima, o que é extremamente incompatível com valores éticos básicos e princípios de direitos humanos das mulheres.

Por fim, esses detalhes podem sensacionalizar o crime, desrespeitar a privacidade da vítima e causar sofrimento adicional aos familiares. A exposição explícita de informações pode contribuir para uma cobertura sensacionalista, em detrimento da dignidade da vítima e da compreensão responsável do público sobre a gravidade do feminicídio. É como se fosse um convite para um espetáculo midiático que destaca mulheres como vítimas de sacrifícios sórdidos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ciúme, mulher é morta pelo companheiro após receber mensagem no celular

22/10/2022

Mulher é morta com barra de ferro após ir até a casa de ex-marido acompanhada da filha de 8 anos

28/02/2023

Vídeo mostra influenciadora entrando no carro do ex antes de ser morta com tiro

17/05/2023

Mulher é achada morta após ter relações com homem que conheceu em forró

27/10/2023

Nas reflexões finais, confrontamo-nos com a dura realidade que permeia a violência de gênero: a sociedade contemporânea, por mais avanços que tenha alcançado, ainda se vê assombrada por casos frequentes que revelam que as mulheres sofrem todos os dias com essa ameaça persistente e brutal.

Ao adentrar o âmbito midiático, nosso propósito de investigação era desvelar as complexas nuances de como a mídia narra os feminicídios. Assim, tomamos como objetivo desta pesquisa produzir uma interpretação crítica acerca dos significados sociais atrelados à violência contra a mulher na prática jornalística brasileira, a partir da análise textual e discursiva de notícias que reportam casos de feminicídio publicadas no portal brasileiro G1, entre os anos de 2018 e 2023. Em função das análises realizadas, consideramos que tal objetivo foi suficientemente alcançado.

Assim, a análise das materializações discursivas revelou não apenas o que é dito, mas também o que é silenciado, destacando o papel crucial da linguagem na construção de narrativas que muitas vezes perpetuam as desigualdades de gênero. Explorar os efeitos da violência de gênero sob a lente linguística proporcionou uma compreensão mais ampla de como as palavras podem ser elementos poderosos na perpetuação ou desconstrução de estruturas sociais opressivas. Partindo de pressupostos de que a linguagem, longe de ser ideologicamente neutra, manifesta-se como uma dimensão constitutiva da cultura e, simultaneamente, dotada de força para realizar ações e moldar subjetividades. Nesse contexto, a exploração analítica e interpretativa dos dados evidenciam não apenas os estigmas associados às vítimas, mas também a necessidade de pensar, de modo mais crítico e

linguisticamente orientado, o papel da mídia na construção do discurso público sobre a violência de gênero, em geral, e sobre o feminicídio, em específico. Isso foi evidenciado nas formas de materialização discursiva das narrativas midiáticas que compuseram o corpus da pesquisa e que foram exploradas na seção de análise. Essas, por sua vez, indexam uma série de ideologias do campo do gênero e da sexualidade que apontam para:

i) a saliência da autoridade policial na focalização textual, tomando-a como agente resolvidor dos casos de feminicídio, elidindo, em função disso, pontos fundamentais para a justa compreensão da problemática, tais como: as origens complexas, culturais e históricas da violência de gênero, a sua dimensão estrutural e sistêmica, a despeito da projeção de um enquadramento que individualiza os casos, bem como o reforço de um discurso punitivista que projeta a penalização dos casos como única alternativa para o enfrentamento da feminicídio;

ii) o papel da adoção da voz passiva na estruturação sintática e textual das sentenças em que a relação de papéis agente-paciente nos casos dos feminicídios é estabelecida, atuando de forma a ambigüizar ou deixar em suspeição a autoria das ações em questão. Esse expediente sugere a materialização, no discurso, do apagamento da responsabilidade dos homens nos crimes narrados, uma das dimensões ideológicas da violência de gênero;

iii) o excesso nas descrições e nos expedientes linguísticos de caracterização da cenografia dos crimes, dos tipos, dos modos e da operacionalização das ações de violência infligidas às mulheres vítimas de feminicídio, bem como da caracterização das condições de violação física dos corpos das mulheres assassinadas em razão da sua condição de gênero. Esses padrões, interpretados a partir da exploração dos dados linguísticos, apontam para uma cultura de espetacularização da violência de gênero, como índice de desumanização das vítimas e, conseqüentemente, de revitimização das mulheres alvo de feminicídio.

Portanto, diante do que constatamos ao longo dessa jornada de análise com o *corpus*, é inegável constatar a relação indexical entre certas estruturas linguísticas e discursivas presentes nas narrativas noticiosas analisadas e construções metapragmáticas, ou seja, ideologias que projetam e ideologias sobre gênero baseadas no binarismo de gênero, no sexismo e na naturalização da violência de gênero. Em função disso, podemos depreender que uma crítica linguística das produções midiáticas sobre o feminicídio se faz necessária, especialmente diante da relação de solidariedade entre estruturas linguísticas e sociais que perpetuam a desigualdade de gênero e silenciam as vozes femininas.

Em função dessas constatações e da agenda ética de pesquisa em Linguística Aplicada (Moita Lopes, 2006) com a qual se engajou, essa pesquisa não se limita a uma análise acadêmica ascética, mas se constitui em um chamado à ação e uma denúncia das estruturas que toleram a violência de gênero, a partir dos modos como a linguagem é usada pela mídia para narrar casos de feminicídio. Concluimos, portanto, que este estudo contribui significativamente para o campo, lançando luz sobre as interseções entre linguagem, mídia e violência de gênero. Ao interpretar criticamente os mecanismos discursivos aqui focalizados, esperamos que as conclusões apresentadas sirvam como um ponto de partida para discussões mais amplas, transformações sociais e, fundamentalmente, para a construção de uma política de uso da linguagem na mídia que seja mais ética, sensível e alinhada aos direitos humanos das mulheres.

Em linha com a dimensão de “proximidade crítica” (Fabrício; Moita Lopes, 2020) com o tema levantado por essa pesquisa visibiliza na investigação acadêmica o cenário desolador de mulheres tornando-se vítimas de feminicídio. Sem dúvida, tristeza, dor e revolta reverberaram intensamente essa jornada de pesquisa. A insatisfação, nesse contexto, é uma ferida que não cessa de sangrar, uma consternação que transcende palavras. Cada história interrompida é um universo de sonhos e potencialidades perdido, uma melodia interrompida antes de seu ápice. A tristeza ressoa nos silêncios que deveriam ser preenchidos por risos e conquistas, enquanto a dor persiste como testemunha silenciosa da brutalidade que atinge não apenas “uma mulher”, mas segue vitimando, em diferentes modalidades e contextos, mulheres ao redor do mundo. Por isso, essa pesquisa é também um apelo por mudanças, um grito de indignação que clama por um mundo onde a violência de gênero seja erradicada e a vida das mulheres seja valorizada e respeitada.

Por acreditar que a linguagem é um instrumento poderoso para dar voz aos silenciados e questionar injustiças, assumimos que cada linha escrita e cada análise realizada, é um compromisso renovado para desafiar e confrontar a realidade que perpetua essa violência insensata. Esta pesquisa é mais que um exercício acadêmico; é um ato de resistência contra a indiferença e uma promessa de luta por um futuro onde nenhuma mulher seja uma estatística trágica ou um trecho de um texto jornalístico violento sobre seu fim igualmente violento, mas sim uma narradora de sua própria história, livre de medo e violência.

Inegavelmente, ainda teremos muita luta pela frente, mas não podemos parar de questionar as materializações discursivas nas narrativas noticiosas. Essa é uma tarefa para uma Linguística Aplicada engajada com os direitos humanos das mulheres. É um mergulho

angustiante em duas dimensões do *continuum* de violências (Silva, 2020) que enredam as mulheres e suas materializações o discurso: a primeira, visceral e brutal, perpetrada pelo feminicídio em si; a segunda, mais sutil e insidiosa, praticada pelas narrativas noticiosas veiculadas pela mídia, as quais (re)vitimizam as mulheres. A experiência é como testemunhar a vítima sendo agredida duas vezes, uma vez por atos violentos e, novamente, pela narrativa midiática que, em vez de humanizar, desafia a dignidade da mulher. Neste trabalho, buscamos oferecer uma voz que destaque a importância de uma abordagem política e linguisticamente ética na cobertura jornalística desses eventos trágicos. É um chamado para transformar a maneira como contamos essas histórias e, de certo modo, alterar seus desfechos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ana Claudia da Silva. O movimento feminista e o feminicídio como reflexo do direito penal simbólico – UFPR. **Revista de Artigos Científicos da EMERJ**, Curitiba, v. 11, n. 1, p. 694 - 695, 2019. Disponível em: www.simposiodedireitoepeg.com.br/2015/down.php?id=1158&q=1. Acesso em: 15 set. 2023.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Editorial Letramento, 2018.

AZEVEDO, Cristina. **Homicídios de mulheres no Brasil aumentam 31,46% em quase quatro décadas**. Agência FIOCRUZ, 2023. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/homicidios-de-mulheres-no-brasil-aumentam-3146-em-quase-quatro-decadas>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BAKER, Paul; LEVON, Erez. ‘That’s what I call a man’: representations of racialised and classed masculinities in the UK print media. **Gender & Language**, vol 10, p. 106–139, 2016.

BAKER, Paul. **Using Corpora in Discourse Analysis**. London/New York: Continuum, 2006.

BARROS, Francisco Dirceu. **Estudo Completo do Feminicídio**. Disponível em: <http://www.impetus.com.br/artigo/876/estudo-completo-do-feminicidio>. Acesso em: 02 ago. 2023.

BERBER SARDINHA, Tony. **Linguística de Corpus**. Barueri: Manole, 2004.

BERBER SARDINHA, Tony. Linguística de Corpus: histórico e problemática. **DELTA**, v. 16, n. 2, p. 323-367, 2000.

BIROLI, Flávia; MANTOVANI, Denise. Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao Programa Bolsa Família e as eleições de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v.16, n.1, p. 90-116, 2010.

BIROLI, Flávia, MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça e classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, Paraná, vol.20, n.2, p. 27-55, 2015.

BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 441–474, 2014.

BORBA, Rodrigo. Linguística queer: uma perspectiva pós identitária para os estudos da linguagem. **Entrelinhas** v. 9 n. 1, p. 91-107, 2015.

BRASIL. **CÓDIGO PENAL**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado no 292 de 2013. (da CPMI de Violência contra a**

mulher no Brasil). Altera o Código Penal, para inserir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=133307&tp=1>. Acesso em: 15 set. 2023.

BUTLER, Judith. Performativity, precarity and sexual politics. **Revista de Antropologia Iberoamericana**. Madrid, v. 4, n. 3. dic., p.01 - 13, 2009.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade, **Civilização brasileira**, Rio de Janeiro, v.1, 2018.

CALTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAPUTI, Jane; RUSSEL, Diana E. H. **Femicide**: sexist terrorism against women. In: Femicidio: la política de matar mujeres. Nueva York: Twayne, 1992.

CARR, Summerson; LAMPERT, Michael. (org.). **Discourse and Dimensions of Social Life**. Oakland: University of California Press, 2016.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CUNHA, Guilherme de Moura. Recepção do conceito de indexicalidade em estudos linguísticos brasileiros. **Mandinga - Revista de Estudos Linguísticos**, v. 05, n. 02, 2021.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Francisco. “Democracia virtual: a mídia sem freios e contrapesos”. In: DOWBOR, Ladislau *et al.* **Desafios da comunicação**. São Paulo: Vozes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8.ed. São Paulo: Forense, 2012.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. **Edições Loyola**, São Paulo, v.3, abr de 1996.

FRASER, Nancy. Repensando La esfera pública: una contribución a La crítica de la democracia actualmente existente. **Equador Debate**, Quito, Equador, n. 46, p. 139-173, 1999.

FREITAS, Lúcia Gonçalves de. "Mulher encontrada morta": feminicídio em notícias on-line. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 168-186, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/44215/37662>. Acesso em: 15 nov. 2023.

GALVÃO, Instituto Patrícia; **Feminicídio: #InvisibilidadeMata**. 1.ed. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2017. p. 1-184. Disponível em : http://agenciapatriciagalvao.org.br/wpcontent/uploads/2017/03/LivroFeminicidio_InvisibilidadeMata.pdf. Acesso em: 22 nov. 2023.

- HALL, Kira; LEVON, Erez; MILANI, Tommaso. Navigating normativities: Gender and sexuality in text and talk. **Language in Society**, n. 48, v. 3, p.481-489, 2019.
- HEISE, Lori. What is femicide? In *European Journal of Criminology*, **Sage Publications**, v. 2, n. 4, p. 391-398, 2005.
- LEECH, Geoffrey. Corpora and theories of linguistics performance. In: SVARTVIK, J. (Org.) **Directions in corpus linguistics**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1992.
- LUTZ, Mark. **Aprendendo python**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- McCOMBS, Maxwell. **A teoria da Agenda, a mídia e a opinião pública**, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- MELO, Glenda Cristina Valim de; MOITA LOPES, Luis Paulo. Ordens de Indexicalidades Mobilizadas nas Performances Discursivas de um Garoto de Programa: ser negro e homoerótico. **Linguagem em (Dis)curso (Online)**, v. 14, p. 653-673, 2014.
- MELO, Glenda Cristina Valim de; MOITA LOPES, Luiz Paulo. “Você é uma morena muito bonita”: a trajetória textual de elogio que fere. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 54, n. 1, p. 53/54-78, 2015.
- MELO, Glenda Cristina Valim de; FERREIRA, Juliana. As ordens de indexicalidade de gênero, de raça e de nacionalidade em dois objetos de consumo em tempos de Copa do Mundo 2014. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, 2017.
- MODELLI, Laís. Femicídio: como uma cidade mexicana ajudou a batizar a violência contra mulheres. In: **BBC Brasil**, 2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38183545>. Acesso em: 15 set. 2023.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo (org). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo; FABRÍCIO, Branca. Viagem textual pelo Sul global: ideologias linguísticas queer e metapragmáticas translocais. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 18, n. 3, 2018.
- PARISH, Ayden; HALL, Kira. Agency. In: STANLAW, J. N. (Ed). **The International Encyclopedia of Linguistic Anthropology**. John Wiley & Sons, Inc, no prelo, 2021.
- PESSIS, Anne-Marie; MARTIN, Gabriela. Das origens pré-histórias da desigualdade de gênero. In: Castilho-Martins, Márcia Oliveira, Suely de (Org.) **Marcadas a Ferro. Violência contra a Mulher. Uma Visão Multidisciplinar**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para mulheres, 2005.
- RUSSEL, Diana. **Femicide: The Politics of Woman Killing**. Nova York: Twayne Publishers, 1992.

SANTOS, Michele Laila Oliveira dos;. SANTOS, Cinthya Silva. REVITIMIZAÇÃO DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 5, p. 877–892, 2023.

SENADO FEDERAL. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2606>. Acesso em: 02 ago. 2023.

SENADO FEDERAL. **Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496481>. Acesso em: 02 ago. 2023.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. **Quando dizer é violentar**: violência linguística e transfobia em comentários online. Salvador: Devires, 2019.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. (Meta)pragmática da violência linguística: Patologização das vidas trans em comentários online. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 58, n. 2, p. 956–985, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8654118>. Acesso em: 02 nov. 2023.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. Performances de gênero e raça no ativismo digital de Geldés: interseccionalidade, posicionamentos interacionais e reflexividade. **Rev. Bras. Linguíst. Apl.**, v. 20, n. 3, p. 407-442, 2020.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. Materialização discursiva da cis-heteronormatividade em perspectiva escalar: contribuições para a Linguística Queer. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 280–306, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/35269>. Acesso em: 02 nov. 2023.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. **A linguagem contra a democracia** : registros discursivos antigênero na política do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. 2022. 321 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

SILVA, Ruth Stein; CUNHA, Paulo Giovanni Moreira . A quem atinge o punitivismo penal? **Revista do Pet Economia**, V. 1. jul., 2020.

SILVERSTEIN, Michael. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. **Language & Communication**, n. 23, p. 193-229, 2003.

SINCLAIR, John. **Beginning the study of lexis**. In: BAZELL, C. E. (org). In Memory of JR Firth. London: Longman, 1998.

SINCLAIR, John. **Corpus, Concordance, Collocation**, Oxford, Oxford University Press, 1991.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

TERCER INFORME DE GESTIÓN. Mayo 2005 – septiembre 2006. **Comisión para Prevenir y Erradicar la Violência Contra las Mujeres em Ciudad Juárez**. Secretaria de Gobernación, México-DF, 2006.

TEIXEIRA, Juliana. F. **Jornalismo audiovisual para dispositivos móveis: um estudo das formas de inserção de conteúdos audiovisuais em produtos exclusivos para tablets**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS: **Formas de Violência contra a mulher**, 2017. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-se-manal/formas-de-violencia-domestica-contra-a-mulher>. Acesso em: 26 ago. 2023.

YOUNG, Iris Marion. **La justicia y la política de la diferencia**, Madrid: Ed Catedra, Universidad Valencia, Cap 2: Las cinco caras de la oppression, 2000.